



**MUNICÍPIO DE
MANGUEIRINHA**

ESTADO DO PARANÁ

**DIAGNÓSTICO
SOCIOTERRITORIAL
DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

mangueirinha
Paraná

2024-2026

MANGUEIRINHA,-PARANÁ

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguinhos/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Gestão Municipal

Prefeito: Leandro Dorini

Vice- Prefeito: Bruno Carlos de Aguiar

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretária Municipal de Assistência Social: Luana Thaís Costa de Aguiar

Diretora do Departamento de Proteção Social Básica: Camila Reali Pedreira

Vigilância Socioassistencial: Rosangela da Fonseca

Responsáveis pela elaboração do Diagnóstico Socioterritorial

Camila Reali Pedreira ,

Rosangela da Fonseca

Cristiane Marcheisni Teixeira – empresa contratada



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

EQUIPAMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS– Centro de Referência de Assistência Social

Coordenadora: Marlene dos Santos Nogueira

Centro de Convivência –

Coordenadora: Eleni Stein Carli

Centro de Convivência Cascia

Coordenadora: Silmara

CREAS – Centro de Referência

Coordenadora: Ladijane Brunetti

Casa Lar

Coordenadora: Layni Moratto

Departamento de Habitação de Interesse Social

Diretor: Sandro Márcio Mello

OUTROS PROGRAMAS, SERVIÇOS E UNIDADES DE ATENDIMENTO VINCULADOS
A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretária Executiva dos Conselhos: Sonia de Fatima Miginune



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CECAD – Consulta Cidadão (base do CadÚnico)

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDPI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESF – Estratégia Saúde da Família

FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IVCAD – Índice de Vulnerabilidade das Famílias

LA – Liberdade Assistida

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MP – Ministério Público

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PBF – Programa Bolsa Família

PCD – Pessoa com Deficiência

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

RMA – Registro Mensal de Atendimentos

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SINASC – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

mangueirinha
Paraná



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

LISTA DE QUADROS, RÁFICOS E FIGURAS

Figuras

- Figura 1** – Dados Populacionais IBGE 2022
- Figura 2** – Pirâmide Etária do Município
- Figura 3** – População Censitária segundo Cor/Raça
- Figura 4** – PIB per capita
- Figura 5** – Finanças Públicas
- Figura 6** – Produto e Renda
- Figura 8** – Perfil do CadÚnico
- Figura 9** – Distribuição Populacional do CadÚnico
- Figura 10** – Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
- Figura 11** – Beneficiários do Bolsa Família
- Figura 12** – Condicionais (Educação e Saúde)

Quadros

- Quadro 1** – População Censitária Segundo Faixa Etária e Sexo
- Quadro 2** – População por Situação de Domicílio
- Quadro 3** – Número de Empregos por Sexo (RAIS)
- Quadro 4** – Número de Empregos por Atividade Econômica
- Quadro 7** – Matrículas na Educação Básica
- Quadro 8** – Linha do Tempo – Implantação da Política de Assistência
- Quadro 9** – Avanços Institucionais da Assistência Social
- Quadro 10** – Estrutura Atual da Política de Assistência Social

Gráficos

- Gráfico 1** – Distribuição Populacional Urbana x Rural
- Gráfico 2** – Comparativo por Cor/Raça (2010 x 2022)
- Gráfico 3** – População com Deficiência por Tipo
- Gráfico 4** – Taxa de Mortalidade Infantil (2020–2024)
- Gráfico 5** – Percentual de Gestantes Adolescentes
- Gráfico 6** – Distribuição Etária do CadÚnico
- Gráfico 7** – Distribuição de Beneficiários do BPC

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Sumário

Figuras 6

Quadros6

Gráficos6

APRESENTAÇÃO.....9

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO 11

1.1 Aspectos históricos geográficos e culturais..... 11

2-PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO..... 13

2.1 Dados populacionais 14

Quadro 1 – População Censitária Segundo Faixa Etária e Sexo..... 14

Figura 2– Pirâmide Etária..... 16

Quadro 2 – População Censitária Por Situação de Domicílio 17

Gráfico 2 – Comparativo da População Segundo Cor/Raça em Relação ao Censo de 2010 ... 20

3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS..... 25

3.1 Trabalho 25

Quadro 3 – Número de Empregos Segundo a Relação Anual de Informações Sociais..... 26

3.2 Economia 28

Figura 5 – Finanças Públicas..... 29

3.3 EDUCAÇÃO 30

Quadro 7 – Matrículas na Educação Básica Segundo Modalidades de Ensino..... 30

Gráfico 4 – Taxa de Mortalidade Infantil em Mangueirinha entre 2020 a 2024..... 33

Gráfico 5 – Percentual de Gestantes Adolescentes..... 34

4.1.2 AVANÇOS HISTÓRICOS DA IMPLANTAÇÃO..... 37

4.1.3 REORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DO SUAS..... 38

4.1.4 – AVANÇOS DA CONSOLIDAÇÃO DO SUAS 39

5.PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL 41

5.1 Microterritórios..... 45

6. INDICADORES DE ATENDIMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR..... 54

6.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA 55

6.1.2 Benefício de Prestação Continuada – BPC..... 55

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Mangueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

6.1.3 Programa Bolsa Família – PBF	57
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR.....	64
7.1 REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTO (RMA).....	64
7.1.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA CRAS	65
7.2.1 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS.....	72
7.3 ALTA COMPLEXIDADE – CASA LAR.....	76
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78



mangueirinha
Paraná

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguinhos/PR



APRESENTAÇÃO

O diagnóstico socioterritorial é um instrumental de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência social, de forma preventiva e proativa na gestão municipal.

Com a Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, consolidou a política de assistência social, construindo assim a busca pela redução das desigualdades e assegurando proteção social a todo cidadão que dela necessitar.

Surgindo assim, a necessidade de planejar, monitorar e avaliar as ações executadas, realizando a adequação das necessidades da população e territórios, bem como os padrões de qualidade e condições de acesso.

Surge então a Vigilância Socioassistencial, que foi incorporada à LOAS por meio da Lei nº 12.435/2011. Mas é importante destacar que temos como importante marco normativo da Vigilância Socioassistencial através da Norma Operacional Básica 2012, que reitera a importância dada à Vigilância na Lei Orgânica de Assistência Social e na Política Nacional de Assistência Social. Dessa forma, diante desses três documentos foi possível dar concretude as atividades próprias da Vigilância.

Na Lei Orgânica de Assistência Social, em seu Art.2º afirma em sua redação, a importância da Vigilância Socioassistencial como objetivo da política de Assistência Social, no mesmo patamar das proteções sociais e a defesa de direitos, e ainda estabelece responsabilidade de analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência das vulnerabilidades.

A Política Nacional de Assistência Social, desde 2005 também estrutura afirmações sobre a Vigilância Socioassistencial ligando-a à produção, sistematização das informações, i



ndicadores e índices territorializados. E ainda, à construção de medidas para o planejamento da Assistência Social.

Já a NOB/SUAS 2012 reafirma que a Vigilância Socioassistencial é uma das funções do SUAS, em conjunto com a proteção social e a defesa de direitos. A NOB/SUAS ainda ressalta a relação entre a Vigilância Social e as Proteções no que diz respeito ao planejamento e execução dos serviços socioassistenciais.

A NOB/SUAS 2012 em seu Art. 91 constitui como responsabilidades comuns à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos Municípios acerca da área de Vigilância Socioassistencial elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial, que deve conter as informações espaciais referentes às vulnerabilidades e aos riscos dos territórios e da consequente demanda por serviços socioassistenciais de proteções sociais e de benefícios. E ainda, informações espaciais referentes ao tipo, ao volume e à qualidade das ofertas disponíveis e efetivas à população.

Outra atribuição importante da Vigilância Socioassistencial é de produzir e processar informações capazes de fornecer aos serviços contribuição estruturada para avaliar sua própria atuação, ampliando assim, o conhecimento sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes.

De certo modo, no sentido que atribui a PNAS, a Vigilância Socioassistencial permite qualificar tecnicamente a tomada de decisão, baseada na utilização de informações objetivas acerca da realidade social.

A Vigilância Socioassistencial, deve elaborar e atualizar o diagnóstico socioterritorial do município periodicamente, o qual deve conter informações especializadas dos riscos e vulnerabilidades, da demanda de serviços de proteção social básica e de proteção social especial.



Importante mencionar, que através do diagnóstico socioterritorial é possível realizar uma análise interpretativa que possibilita a leitura de uma determinada realidade social. Assim, o diagnóstico deve levantar além das carências, também as potencialidades do lugar.

Diante do exposto, o presente diagnóstico apresenta uma análise socioterritorial da Política de Assistência Social no Município de Manguinhos/PR, expondo uma análise criteriosa voltada para as vulnerabilidades e potencialidades do no território.

No capítulo 1 temos a apresentação dos aspectos gerais do Município de Manguinhos/PR, trazendo os aspectos geográficos, históricos, características da população e das famílias, assim como um panorama da organização da rede socioassistencial. Apresentando ainda, dados do Cadastro Único, IBGE, IPARDES...

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Aspectos históricos geográficos e culturais

Até a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a região de Manguinhos pertencia à Espanha, devido ao Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha. Entre 1836 e 1839, duas expedições descobriram os campos, que chamaram Campos de Palmas, abrangendo os atuais municípios de Manguinhos, Palmas, Clevelândia, Água Doce, Irani, entre tantos outros. Por Ato de 20 de janeiro de 1887, foi criado o distrito judiciário e policial de Manguinhos, no município de Palmas.

Na região, a primeira fazenda de que se tem notícia é a Fazenda da Lagoa, fundada em 1839/1840, pelo célebre Pedro Siqueira Cortes, comandante da expedição de ocupação dos Campos de Palmas.

A criação de gado na região surgiu concomitantemente com a atividade dos tropeiros, pois foram eles que trouxeram as primeiras reses, provenientes de Guarapuava, para o início das fazendas. Alguns anos depois, foram abertas as trilhas, que deram origem ao Caminho de Palmas ou das Missões, que conduzia as tropas de gado desde a Região das Missões, no Rio Grande do Sul, passando por Chapecó e Xanxerê, em Santa Catarina, Palmas e Manguinhos, seguindo para Guarapuava e Ponta Grossa, rumo a Sorocaba, em São Paulo.

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguinhos/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Após a criação do território do Iguaçu, em 1943, que foi formado por áreas que pertenciam ao Paraná e à Santa Catarina, o Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei que criou o Município de Manguinhos, desmembrando de Palmas.

Com a queda do Presidente Getúlio Vargas, a nova Constituição de 1946 declarou extinto o Território Federal do Iguaçu, e, em consequência, Manguinhos voltou a pertencer ao Estado do Paraná.

O topônimo Manguinhos representa o diminutivo de mangueira (curral), lugar onde se recolhe o gado; nos primórdios do município, ali existia uma mangueira, que face ao seu exíguo tamanho era chamada “Manguinhos”, daí a origem do nome do município.

Os marcos históricos, iniciam com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Palmas o distrito de Manguinhos. Elevado à categoria de município com a denominação de Manguinhos, pelo Decreto-lei Estadual n.º 533, de 21-09-1946, desmembrado de Palmas. Sede no antigo distrito de Manguinhos. Constituído de 2 distritos: Manguinhos e Chopin. Instalado em 30-12-1946.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Manguinhos e Chopin. Pela Lei Estadual n.º 790, de 14-11-1951, é criado o distrito de Coronel Vivida (ex-povoado de Barro Preto) e anexado ao município de Manguinhos. Sob a mesma Lei o distrito de Chopin passou a denominar-se Chopinzinho.

Pela Lei Estadual n.º 253, de 26-11-1954, é desmembrado do município de Manguinhos o distrito de Coronel Vivida. Elevado à categoria de município. Sob a mesma Lei é desmembrado o distrito de Chopinzinho. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual n.º 3.213, de 30-07-1957, é criado o distrito de Covó (ex-povoado) e anexado ao município de Manguinhos.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Manguinhos e Covó.

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguinhos/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Pela Lei Municipal n.º 237, de 04-06-1964, o município de Manguueirinha passou a denominar-se Conceição do Rosário.

Pela Lei Estadual n.º 4.901, de 11-08-1964, é criado o distrito de Honório Serpa e anexado ao município de Conceição do Rosário (ex-Manguueirinha). Pela Lei Municipal n.º 304, de 25-03-1968, o município de Conceição do Rosário voltou a denominar-se Manguueirinha.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 3 distritos: Manguueirinha, Covó e Honório Serpa. Pela Lei Estadual n.º 9.184, de 08-01-1990, alterada pela Lei Estadual n.º 9.441, de 16-11-1990, é desmembrado do município de Manguueirinha o distrito de Honório Serpa. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de 2 distritos: Manguueirinha e Covó. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017.

2-PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o município possui 16.603 habitantes, ocupando a 5ª posição em população na sua região geográfica imediata, a 111ª no Estado e 2061ª no País. A densidade demográfica é de 15,73 habitantes por quilômetro quadrado, indicando uma ocupação territorial baixa, típica de municípios com áreas rurais extensas e população distribuída de forma heterogênea. Esses indicadores são fundamentais para o planejamento em saúde, pois apontam para a necessidade de estratégias que considerem a dispersão populacional, com fortalecimento da Atenção Primária e organização da cobertura da Estratégia da Família.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

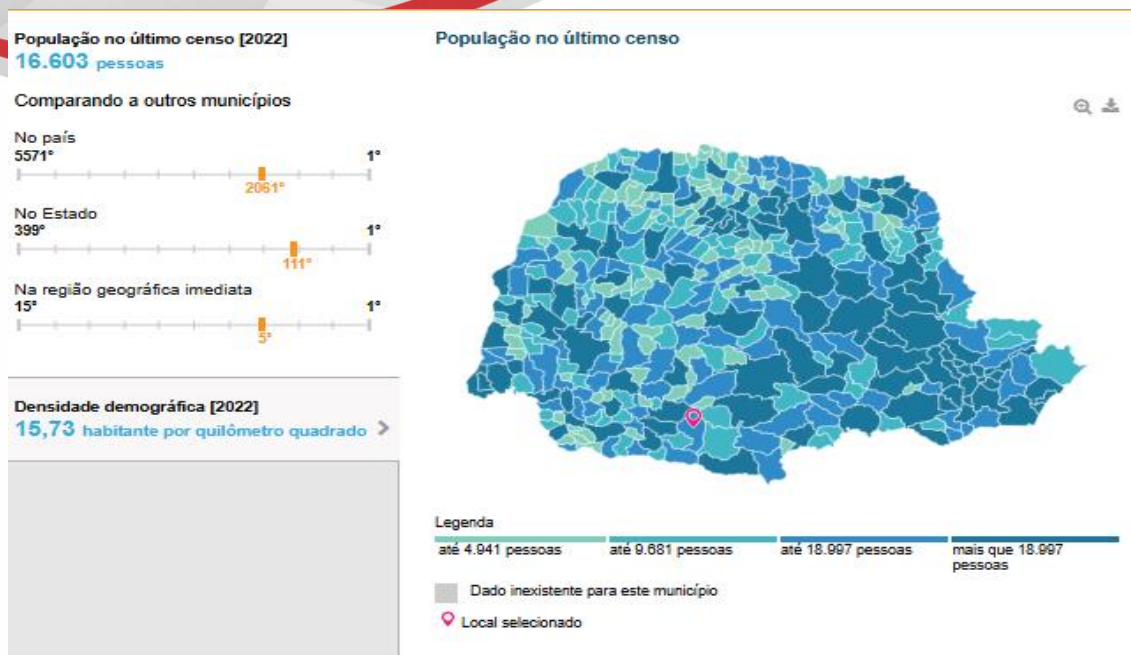


figura 1 , dados IBGE 2022

2.1 Dados populacionais

O município de Manguinhos possui uma população total de 16.603 habitantes, distribuída de forma equilibrada entre os sexos, com 8.252 homens (49,7%) e 8.351 mulheres (50,3%), indicando estabilidade demográfica e ausência de desigualdades estruturais entre os gêneros. A composição etária demonstra um território predominantemente jovem: 41,4% das pessoas têm menos de 30 anos, revelando a centralidade da infância, adolescência e juventude no planejamento das políticas públicas. Ao mesmo tempo, destaca-se a presença de 1.595 idosos (9,6%), evidenciando um processo gradual de envelhecimento populacional, especialmente nas áreas rurais, onde a migração de jovens para centros urbanos intensifica a dependência de cuidados, de redes comunitárias e de benefícios como o BPC. As faixas mais numerosas — 25 a 29 anos (1.266 pessoas) e 5 a 9 anos (1.254 pessoas) indicam simultaneamente uma juventude em construção de vida produtiva e uma infância que demanda proteção integral.

Quadro 1 – População Censitária Segundo Faixa Etária e Sexo

FAIXA ETÁRIA	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
De 0 a 4	654	514	1.168
De 5 a 9	646	608	1.254

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguinhos/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

De 10 a 14	605	581	1.186
De 15 as 19	595	629	1.224
De 20 a 24	577	640	1.217
De 25 a 29	638	628	1.266
De 30 a 34	563	632	1.195
De 35 a 39	576	624	1.200
De 40 a 44	590	594	1.184
De 45 a 49	543	539	1.082
De 50 a 54	517	498	1.015
De 55 a 59	486	508	994
De 60 a 64	410	413	823
De 65 a 69	308	373	681
De 70 a 74	248	236	484
De 75 a 79	165	160	325
De 80 a 84	89	99	188
De 85 a 89	31	51	82
De 90 a 94	8	15	23
De 95 a 99	3	6	9
De 100 ou mais	0	3	3
TOTAL	8.252	8.351	16.603

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, plano de saúde 2025

De acordo com a Quadro 1 – População Censitária Segundo Faixa Etária e Sexo, os dados do município de Manguueirinha nos mostram uma população equilibrada entre os sexos e com predominância de faixas etárias jovens, ao mesmo tempo em que evidenciam o início de um processo de envelhecimento populacional, onde seguindo as projeções com o cenário atual a tendência é de que o município atinja 18,8% da população acima de 60 anos em 10 anos, 21,8% em 20 anos e 24% em 30 anos.

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR

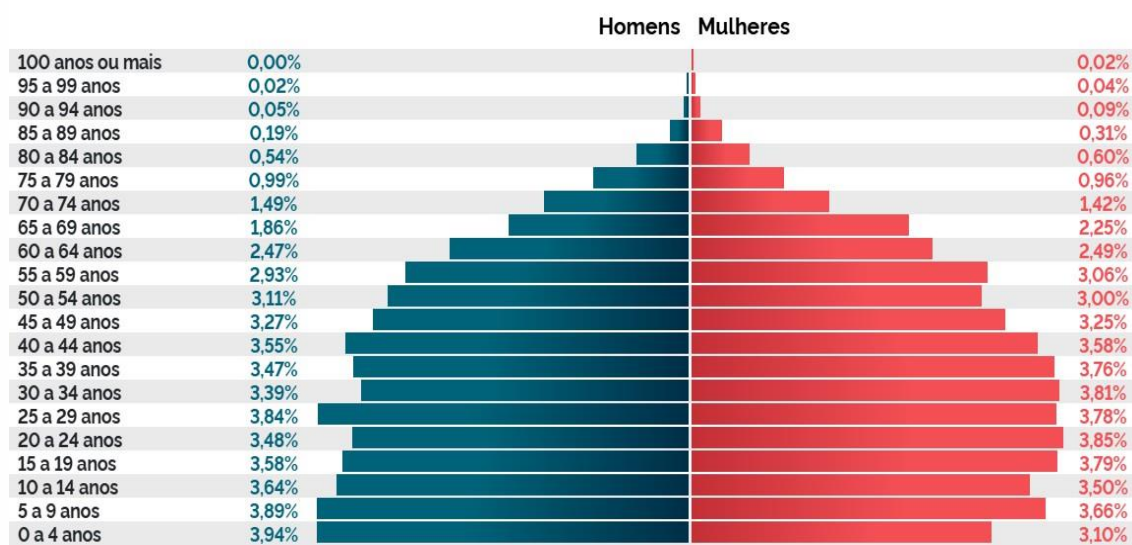


MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Figura 2– Pirâmide Etária

Pirâmide etária



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Essa realidade etária não é apenas um conjunto de números: ela traduz trajetórias de vida, desigualdades históricas, condições de acesso a políticas públicas e permanência de ciclos de vulnerabilidade que atravessam famílias inteiras. Os dados revelam que Manguueirinha é um território onde infância, juventude e envelhecimento coexistem com intensidade, disputando espaço nas demandas do SUAS, exigindo da política de assistência social uma atuação estratégica, territorializada e profundamente conectada aos modos de vida locais.

A leitura integrada entre perfil populacional, dados do CadÚnico, volume de beneficiários do Bolsa Família, dependência do BPC, alta demanda por benefícios eventuais e atuação da equipe volante — evidencia que o município não enfrenta vulnerabilidades pontuais, mas sim um conjunto de expressões da desigualdade que se retroalimentam. As famílias jovens convivem com dificuldade de acesso à renda; as crianças dependem de políticas de proteção integral; os adolescentes enfrentam riscos associados à evasão escolar, violências e falta de oportunidades; os idosos e PcD requerem suporte contínuo.

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



Nesse contexto, o SUAS se apresenta como o fio condutor que costura proteção, cuidado e acesso aos direitos. A política de assistência social torna-se essencial para equilibrar desigualdades estruturais e construir caminhos de superação. Em Manguinhos, o SUAS precisa fortalecer sua capacidade de agir preventivamente, oferecer acompanhamentos familiares consistentes, integrar ações com saúde e educação e consolidar práticas de vigilância socioassistencial baseadas em evidências.

Assim, os apontamentos demográficos mostram que Manguinhos é um território em transformação, jovem, plural e desafiador, que exige do SUAS uma presença firme, técnica, sensível e articulada. Um SUAS que compreenda que cada etapa da vida traz vulnerabilidades específicas, e que é papel da política garantir que todas sejam acolhidas com eficiência, dignidade e cuidado.

Quadro 2 – População Censitária Por Situação de Domicílio

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL
Rural	6.640
Urbano	9.963
TOTAL	16.603

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

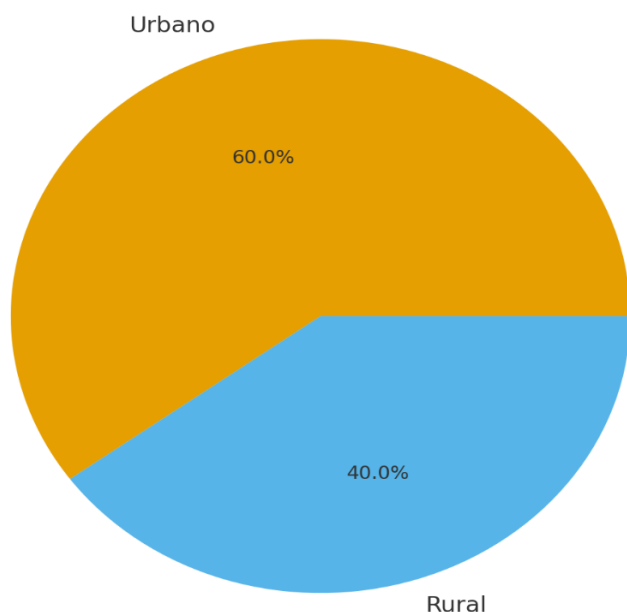
A distribuição da população de Manguinhos entre áreas urbana e rural revela muito mais do que um simples recorte geográfico; ela expressa condições reais de acesso a direitos, dinâmicas comunitárias distintas e desigualdades que moldam diretamente a atuação da Política de Assistência Social. Do total de 16.603 habitantes, 9.963 pessoas (60%) vivem na zona urbana, enquanto 6.640 pessoas (40%) residem na zona rural, conforme o Censo Demográfico de 2022. Esse arranjo territorial produz desafios específicos para o SUAS, especialmente no que diz respeito à organização da oferta de serviços, à circulação das equipes e à capacidade de alcançar famílias historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Distribuição da População por Situação de Domicílio – Manguaçu/PR



Grafco 1 - distribuição populacional , elaborado co dados IBGE

A predominância urbana, gráfico 1, concentra grande parte da demanda espontânea no CRAS, gerando pressão contínua sobre os serviços de atendimento e acompanhamento familiar. É comum observar que o espaço urbano se torna o polo de procura por informações, benefícios eventuais, atualizações cadastrais e proteção social imediata. A densidade populacional, a proximidade física dos equipamentos públicos e a circulação mais intensa de famílias facilitam o acesso, mas também aumentam o volume de atendimentos diários, exigindo mais estrutura, equipe qualificada, acolhimento permanente e vigilância constante das vulnerabilidades.

Por outro lado, a presença significativa de 40% da população na zona rural revela um território extenso, disperso e, muitas vezes, de difícil acesso, o que se conecta diretamente às principais fragilidades já identificadas no diagnóstico: isolamento geográfico, transporte limitado, renda instável, maior dependência do trabalho sazonal e baixa presença de serviços públicos permanentes. A população rural possui padrões de vida, redes de apoio e modos de organização bem distintos da área urbana, e isso exige do SUAS um formato de atuação igualmente diferenciado.



É nesse contexto que a equipe volante assume papel fundamental. Diferentemente da saúde que enfrenta sobrecargas nas UBS urbanas e o desafio de coberturas irregulares, o SUAS atua com uma lógica territorial que precisa ir até as famílias, garantindo atendimento, vínculo e proteção onde elas vivem. A distância, as estradas não pavimentadas, as condições climáticas e a ausência de transporte público tornam a busca ativa e as visitas domiciliares ainda mais essenciais. Sem a presença do SUAS nos territórios rurais, grande parte das famílias permaneceria invisível, com dificuldades para acessar benefícios, atualizar informações e reivindicar direitos.

Do ponto de vista da proteção social, essa divisão territorial também evidencia desigualdades no acesso à renda, à informação e à garantia de direitos. As famílias rurais, em muitos casos, dependem de agricultura familiar de baixa produtividade, de atividades informais ou de benefícios assistenciais como BPC e Bolsa Família. Isso aprofunda a vulnerabilidade econômica e amplia a importância da atuação da Assistência Social como política estruturante do território.

Assim, a análise da situação de domicílio não é apenas descritiva ela orienta decisões estratégicas. Mostra que o SUAS de Manguueirinha precisa manter sua forte presença urbana, onde a demanda é volumosa, mas, sobretudo, fortalecer a proteção social nas áreas rurais, garantindo que nenhuma família esteja distante demais para acessar seus direitos. O desenho do território confirma a necessidade de uma política ativa, presente, descentralizada e sensível às diferenças entre os modos de vida urbano e rural, consolidando um SUAS que alcança quem mais precisa, onde quer que esteja.

Figura 3 – População Censitária Segundo Cor/Raça



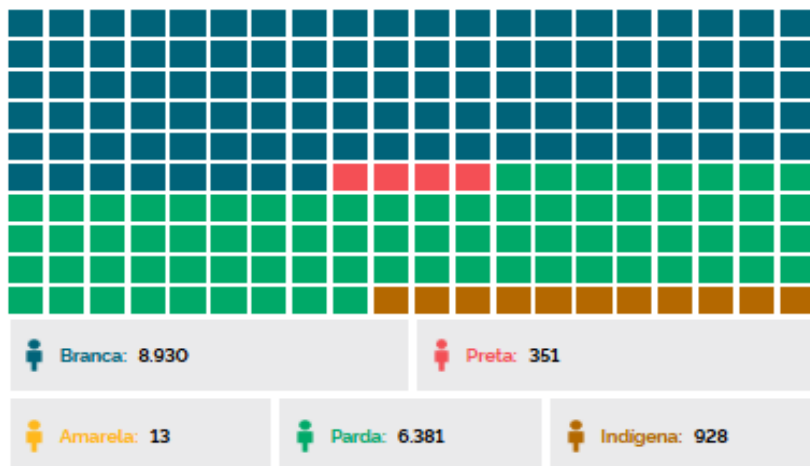
MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

IBGE - Censo 2022

COR OU RAÇA (2022)

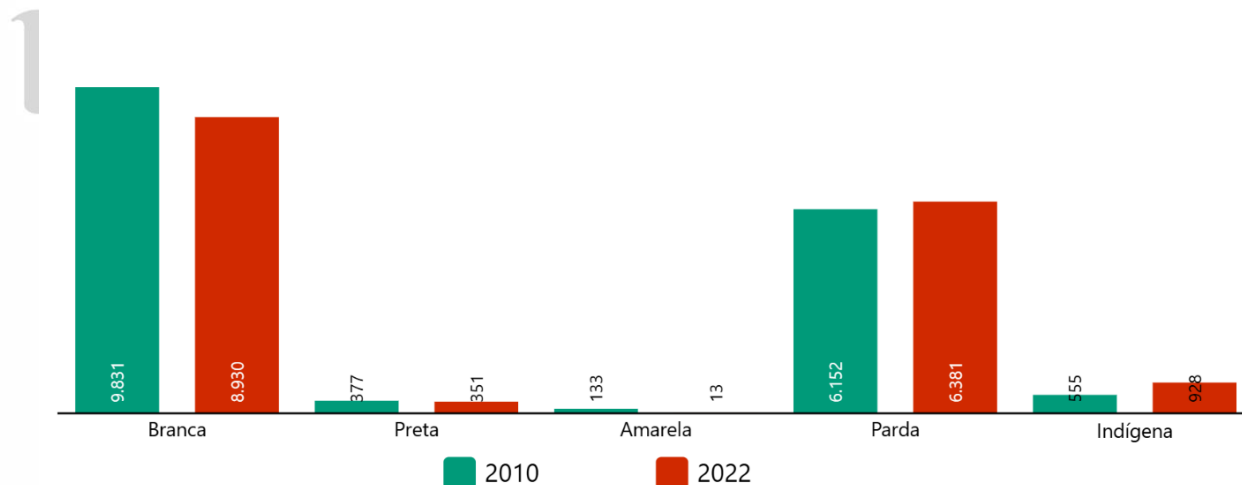
Cor ou raça predominante: Branca



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Grafico 2 – Comparativo da População Segundo Cor/Raça em Relação ao Censo de 2010

Cor ou raça



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022, plano de saúde .

A população de Manguieirinha é formada majoritariamente por pessoas que se autodeclararam brancas (8.930 habitantes – 53,7%), seguidas pelas pardas (6.381 – 38,4%), população indígena (928 – 5,6%), pretas (351 – 2,1%) e amarelas (13 – 0,1%), conforme apresentado no Quadro 3. Essa composição revela um território com predominância de população branca, mas também com presença expressiva de grupos étnico-raciais diversos,

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguieirinha/PR



principalmente a população indígena, cuja representatividade supera a média estadual e nacional. Para o SUAS, esses dados são estruturantes, pois determinam necessidades específicas de proteção, formas de acesso aos serviços e estratégias de abordagem culturalmente sensíveis.

A significativa presença indígena em Manguueirinha exige que a política de Assistência Social mantenha ações contínuas e qualificadas no território, fortalecendo a equipe volante, aprimorando o diálogo intercultural e garantindo que práticas tradicionais, modos de vida comunitários e organização social dos povos indígenas sejam respeitados e incorporados à lógica de atendimento. Essa presença impacta diretamente a organização do PAIF, o desenho das ações do SCFV, a articulação com saúde e educação e a forma como o município estrutura a proteção social em áreas rurais e de difícil acesso.

Da mesma forma, a presença de mais de 6 mil pessoas pardas e 351 pessoas pretas aponta para a necessidade de incorporar o olhar racial na leitura das vulnerabilidades. As desigualdades raciais no acesso à renda, moradia, escolarização, trabalho e serviços públicos são expressões estruturais que atravessam as experiências dessas famílias no território. Para o SUAS, isso significa ampliar práticas antirracistas, fortalecer o enfrentamento à discriminação, garantir acolhimento qualificado e promover o acesso igualitário aos serviços, benefícios e direitos.

Quando analisados comparativamente os censos de 2010 e 2022, observa-se a redução proporcional da população branca e o crescimento das populações parda e indígena, padrão que pode refletir tantas mudanças na autodeclaração racial, quanto crescimento demográfico real desses grupos. Essa transformação no perfil étnico-racial da população evidencia a necessidade de fortalecer ações de equidade dentro da política de Assistência Social, alinhadas à Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e às normativas que orientam o atendimento a povos e comunidades tradicionais.

Para o SUAS, tais mudanças demográficas reforçam a importância de incorporar princípios de equidade racial no planejamento, no monitoramento e na execução das ações. Isso envolve, entre outros aspectos:

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



-
-
- Garantir que a abordagem familiar considere a raça e etnia como dimensões estruturantes da vulnerabilidade;
- Qualificar o atendimento às famílias indígenas, respeitando tradições, lideranças, territorialidade e formas próprias de organização social;
- Produzir dados e informações da Vigilância Socioassistencial que evidenciem desigualdades raciais na proteção social;
- Fortalecer a educação permanente dos profissionais sobre relações étnico-raciais, colonialidade e racismo institucional;
- Assegurar que pessoas pretas, pardas e indígenas tenham acesso efetivo a programas, benefícios e acompanhamento continuado.

A composição étnico-racial de Manguueirinha, portanto, não apenas demonstra diversidade, mas exige do SUAS uma atuação atenta, ética e tecnicamente qualificada para enfrentar desigualdades historicamente produzidas e garantir que todas as famílias, em sua pluralidade, sejam protegidas, reconhecidas e incluídas. O dado racial, quando articulado com os demais elementos do diagnóstico, pobreza, território, renda, escolaridade, acesso a serviços, permite construir um desenho mais preciso das vulnerabilidades e fortalece a capacidade do município de planejar ações realmente efetivas, equitativas e alinhadas às especificidades da população local.

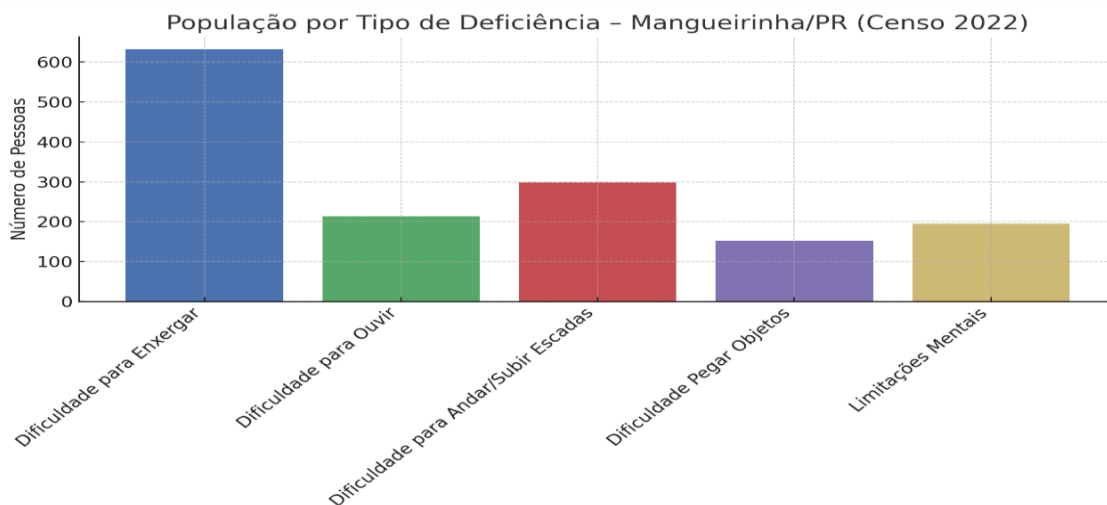
2.1.2 Deficiências, Vulnerabilidades e Implicações para o SUAS

Grafico 3 – População Censitária segundo Tipo de Deficiência



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Conforme apresentado no gráfico 4, os dados do Censo Demográfico de 2022 apontam que Manguinhos possui 1.491 pessoas que declaram algum tipo de deficiência, o que corresponde a aproximadamente 9% da população, lembrando que uma mesma pessoa pode declarar mais de um tipo de limitação funcional. Entre os tipos identificados, prevalece a dificuldade para enxergar (632 pessoas – 42,4%), seguida pela limitação para andar ou subir escadas (298 pessoas – 20%), pela dificuldade para ouvir (213 pessoas – 14,3%), pelas limitações das funções mentais (195 pessoas – 13,1%) e pela dificuldade de manipulação fina, como pegar pequenos objetos (153 pessoas – 10,3%).

Essa configuração revela, de forma muito clara, a presença de um contingente expressivo de pessoas com necessidades específicas de cuidado, acessibilidade e proteção, especialmente quando se considera o contexto territorial do município: extensas áreas rurais, distâncias significativas entre domicílios, oferta limitada de serviços especializados e forte dependência de benefícios assistenciais.

Ao integrar os dados censitários com informações do IVCAD, observa-se que grande parte das famílias que possuem membros com deficiência encontra-se em situação de pobreza, extrema pobreza ou baixa renda, reforçando a relação direta entre deficiência, vulnerabilidade socioeconômica e fragilização das redes de apoio. Da mesma forma, os dados do BPC indicam



que uma parcela relevante das pessoas com deficiência depende exclusivamente do benefício para sobreviver, o que revela a ausência de inclusão produtiva, as barreiras de acessibilidade e a dificuldade de acesso à educação e aos serviços de saúde e reabilitação.

Esse cenário impõe ao SUAS um conjunto de desafios estruturantes. A prevalência de deficiências visuais e motoras, por exemplo, exige que o CRAS e a equipe volante reorganizem suas estratégias de acompanhamento, ampliando visitas domiciliares, monitorando dependências de cuidado e garantindo que essas famílias não se tornem invisíveis ao sistema de proteção social. Nos territórios rurais e indígenas, onde o deslocamento é limitado e o acesso a serviços especializados é ainda mais restrito, a atuação do SUAS torna-se a principal porta de entrada para direitos, orientações e apoio às famílias.

As deficiências relacionadas à mobilidade, segunda maior ocorrência revelam não apenas as limitações individuais, mas também as dificuldades de acessibilidade arquitetônica, locomotora e comunitária presentes no município. Esse tipo de limitação tem impacto sobre autonomia, acesso à renda, participação social e capacidade de autoproteção, tornando essas pessoas mais expostas a negligências e dependências familiares. Nesse sentido, o PAIF assume papel fundamental na construção de planos de acompanhamento familiar que considerem o cuidado, o autocuidado, a divisão de tarefas e a sobrecarga emocional e financeira dos cuidadores.

Já as limitações das funções mentais e cognitivas, presentes em 195 pessoas demonstram a necessidade de articulação estreita entre SUAS, saúde e educação. São pessoas que frequentemente enfrentam barreiras na comunicação, no processo de aprendizagem, no convívio social e no acesso ao mercado de trabalho, demandando proteção especial e estratégias de convivência, acolhimento e fortalecimento de vínculos.

É importante destacar também que a deficiência não é apenas um dado biomédico, mas uma expressão de desigualdades socioestruturais. Famílias com pessoas com deficiência tendem a ter maior dependência de benefícios, maior gasto com cuidados, menor inserção produtiva e maior vulnerabilidade emocional. Combinando os dados censitários ao perfil do BPC, evidencia-se que uma parte significativa das pessoas com deficiência vive em famílias



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

]

com baixa renda, composição multigeracional e limitações no acesso à escola, à saúde e aos serviços de reabilitação.

Esse quadro reforça a necessidade de políticas públicas robustas e articuladas, garantindo:

- Atendimento prioritário no CRAS;
- Acompanhamento familiar continuado no PAIF;
- Ações de convivência específicas no SCFV;
- Visitas frequentes da equipe volante;
- Articulação com saúde para reabilitação, prevenção e apoio psicossocial;
- Acessibilidade e inclusão nos atendimentos;
- Orientação e apoio aos cuidadores familiares;
- Acompanhamento na revisão do BPC e no INSS Digital.

Assim, a leitura integrada das deficiências no município revela que Manguueirinha possui uma demanda contínua e significativa por proteção social, cuidado e inclusão. Esses dados, combinados à territorialidade e às condições de vida registradas pelo IVCAD, demonstram que o SUAS deve se consolidar como política articuladora da rede de apoio às pessoas com deficiência e às suas famílias, garantindo que a presença da deficiência não se transforme em fator de exclusão, isolamento ou aprofundamento da pobreza. Pelo contrário, que seja uma dimensão reconhecida, acolhida e protegida na estrutura do Sistema Único de Assistência Social.

3. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 Trabalho

Entre 2019 e 2023, o município apresentou crescimento no número total de empregos formais, passando de 2.867 vínculos em 2019 para 3.602 em 2023, um aumento de 25,6% em cinco anos. Esse crescimento foi relativamente estável, com destaque para o salto mais expressivo em 2021 e 2022, refletindo um processo de recuperação após os impactos da pandemia da COVID-19.

Conforme apresentado abaixo na **Quadro 5**, o mercado de trabalho local apresenta um equilíbrio relativo entre homens e mulheres, mas com predomínio masculino em todos os anos

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

analisados. Ou seja, embora ambos os grupos tenham apresentado crescimento, o aumento foi mais intenso entre os homens (+454 vínculos) do que em mulheres (+281 vínculos) no período.

Quadro 3 – Número de Empregos Segundo a Relação Anual de Informações Sociais

SEXO	2019	2020	2021	2022	2023
Feminino	1.394	1.417	1.577	1.708	1675
Masculino	1.473	1.555	1.692	1.866	1927
TOTAL	2.867	2.972	3.269	3.574	3.602

Fonte: IPARDES, Caderno Estatístico Municipal., plano municipal de saúde 2025

De acordo com a **Quadro 3**, a maior concentração de vínculos formais sem encontra no comércio, que cresceu de 824 para 1.167 empregos, representando quase um terço de toda a ocupação formal do município. A administração pública direta e indireta também se destaca como um dos principais empregadores, com evolução de 754 vínculos em 2019 para 901 em 2023, mantendo-se estável nos dois últimos anos e correspondendo a cerca de ¼ (um quarto) da força de trabalho formal. A agropecuária também apresentou crescimento contínuo, passando de 350 para 418 vínculos, reforçando a importância dessa atividade na economia local.

Outros setores mostraram avanços significativos, como a construção civil, que saltou de apenas 12 vínculos em 2019 para 80 em 2023, e os serviços industriais de utilidade pública, que passaram de 6 vínculos para 56 no mesmo período, evidenciando expansão em infraestrutura, energia e saneamento. Já a indústria de transformação apresentou oscilações, com queda em 2020, recuperação em 2022 e leve redução em 2023, permanecendo como um setor relevante, mas vulnerável às variações econômicas. O setor de serviços também oscilou, crescendo até 2022 e registrando redução em 2023, o que pode estar relacionado à reorganização pós pandemia.

De forma geral, observa-se que a economia do município é diversificada, mas fortemente apoiada em comércio, administração pública e agropecuária, que juntos concentram a maior parte dos empregos. O crescimento expressivo da construção civil e dos serviços de utilidade pública abre novas perspectivas de inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que a instabilidade na indústria e em alguns segmentos de serviço sugere a necessidade de políticas de fortalecimento produtivo e de estímulo ao empreendedorismo l

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

local.

Quadro 4 – Número de Empregos Segundo Atividade Econômica

ATIVIDADE ECONÔMICA	2019	2020	2021	2022	2023
Extração de Minerais	4	4	4	5	5
Indústria de Transformação	465	339	445	473	452
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6	11	6	43	56
Construção Civil	12	18	37	50	80
Comércio	824	952	1.021	1.110	1.167
Serviços	452	513	543	583	523
Administração Pública Direta ou Indireta	754	787	845	901	901
Agropecuária	350	348	368	406	418
Atividade Não Especificada ou Classificada	-	-	-	3	-
TOTAL	2.867	2.972	3.269	3.574	3.602

Fonte: IPARDES, Caderno Estatístico Municipal. Plano municipal de saúde 2025

De acordo com as **Quadros 3 e 4** os dados do município de Manguueirinha nos mostram um crescimento consistente do emprego formal nos últimos anos, passando de 2.867 vínculos em 2019 para 3.602 em 2023, o que representa um aumento de 25,6%. Observa-se que, embora homens e mulheres tenham ampliado sua participação no mercado de trabalho, o crescimento foi proporcionalmente maior entre os homens, reforçando a predominância masculina em determinados setores econômicos. No recorte por atividade econômica, destaca-se a forte presença do comércio, da administração pública e da agropecuária, que concentram a maior parte dos empregos e estruturam a base produtiva do município. Além disso, setores como a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública apresentam crescimento expressivo, refletindo investimentos em infraestrutura e diversificação da economia local.

Esse cenário que evidencia que o município possui uma economia diversificada, mas ainda dependente de setores tradicionais, exigindo políticas de fortalecimento da indústria e dos serviços para maior equilíbrio e sustentabilidade no médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, o aumento dos postos de trabalho formais demonstra potencial para melhoria da renda e das condições de vida da população, o que deve ser considerado no planejamento em saúde, uma vez que as condições de emprego e renda estão diretamente relacionadas aos determinantes

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

sociais da saúde.

3.2 Economia

3.2.1 Produto Interno Bruto per capita e receitas municipais

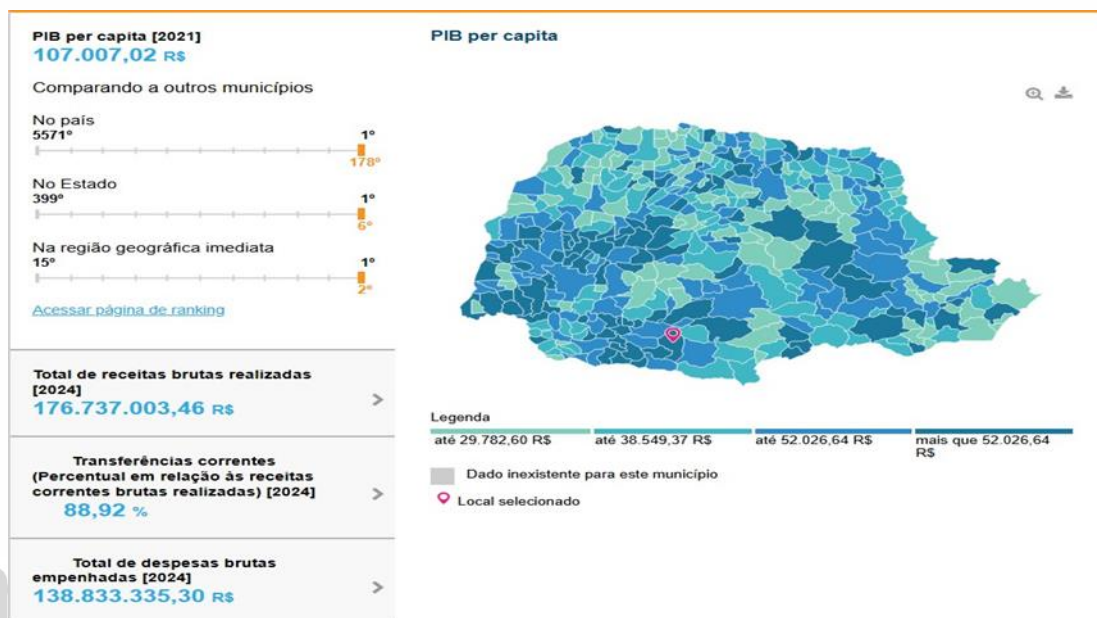


Figura 4 – PIB per capita Fonte: IBGE, Panorama Municipal

Em 2021, o PIB per capita de Manguueirinha alcançou R\$ 107.007,02, valor expressivo que posiciona o município entre os 178 melhores do país, o 6º no Paraná e o 2º na região geográfica imediata. Esse desempenho reflete a força produtiva local em comparação ao restante do estado e do Brasil. Em 2024, o município realizou receitas brutas de R\$ 176.737.003,46, com forte dependência das transferências correntes (88,92% de receitas), o que demonstra grande relevância da distribuição de recursos estaduais e federais. As despesas brutas empenhadas no mesmo ano totalizaram R\$ 138.833.335,30, indicando equilíbrio fiscal diante da arrecadação realizada

As finanças municipais em 2024 realizaram receitas da ordem de R\$ 157.579.117,09, enquanto as despesas ficaram em R\$ 138.833.335,30, confirmando uma gestão orçamentária superavitária. Entre as principais fontes de arrecadação, destacam-se o ICMS por origem, que gerou R\$ 6.338.134,56, e o ICMS Ecológico, com repasse de R\$ 2.084.855,38. Além disso, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) teve papel relevante no financiamento local, garantindo R\$ 30.890.308,28 em repasses. Esses números evidenciam a dependência de

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



Manguueirinha em relação às transferências intergovernamentais para manter sua capacidade de investimento e custeio.

Figura 5 – Finanças Públicas

FINANÇAS PÚBLICAS	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	ESTADO
Receitas Municipais (R\$ 1,00)	STN/SICONFI	2024	157.579.117,09	81.304.900.537,37
Despesas Municipais (R\$ 1,00)	STN/SICONFI	2024	138.833.335,30	78.433.802.373,80
ICMS (100%) por Município de Origem do Contribuinte (R\$ 1,00)	SEFA	2024	6.338.134,56	50.489.544.382,80
ICMS Ecológico - Repasse (R\$ 1,00)	SEFA	2024	2.084.855,38	635.071.226,68
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 1,00)	MF/STN	2024	30.890.308,28	12.031.463.414,47

Fonte: IPARDES, Perfil dos Municípios.

3.2.2 Estrutura produtiva e geração de renda

No campo do produto e da renda, os dados de 2021 revelam que Manguueirinha apresentou PIB a preços correntes de R\$ 1.773.320.000,00, sendo o Valor Adicionado Bruto (VAB) de R\$ 1.700.919.000,00. A agropecuária desempenha papel central, contribuindo com R\$ 345.650.000,00, seguida pela indústria com R\$ 931.338.000,00, o comércio e serviços com R\$ 321.109.000,00 e a administração pública com R\$ 102.822.000,00. Isso confirma o perfil econômico fortemente vinculado à produção industrial e agropecuária, sustentando o alto PIB per capita. Em 2023, o Valor Adicionado Fiscal (VAF) reforçou essa estrutura, somando R\$ 2.829.767.030,00, sendo R\$ 1.657.845.476,00 oriundos da indústria, R\$ 645.771.814,00 da produção primária e R\$ 526.114.454,00 do comércio e serviços, o que consolida a diversificação produtiva do município.

Figura 6 – Produto e Renda



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

PRODUTO E RENDA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	ESTADO
Produto Interno Bruto a Preços Correntes (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	1.773.320	549.973.062
PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	1.700.919	474.589.559
PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	345.650	61.711.282
PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	931.338	130.065.817
PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	321.109	223.838.590
PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	102.822	58.973.871
PIB - Impostos (R\$ 1.000,00)	IBGE/IPARDES	2021	72.401	75.383.503
Valor Adicionado Fiscal (VAF) (R\$ 1,00)	SEFA	2023	2.829.767.038	572.797.949.434
VAF - Produção Primária (R\$ 1,00)	SEFA	2023	645.771.814	135.116.437.714
VAF - Indústria (R\$ 1,00)	SEFA	2023	1.657.845.476	241.250.316.562
VAF - Comércio e em Serviços (R\$ 1,00)	SEFA	2023	526.114.454	192.541.959.027
VAF - Recursos/Autos (R\$ 1,00)	SEFA	2023	35.294	3.889.236.131

Fonte: IPARDES, Perfil dos Municípios.

3.3 EDUCAÇÃO

De acordo com a **Quadro 7**, o município apresentou uma redução de 4,8% nas matrículas da educação básica entre 2020 e 2024, passando de 3.967 para 3.776 alunos. As maiores quedas ocorreram na pré-escola, ensino médio e EJA, indicando desafios na permanência escolar e na atração de jovens e adultos para a educação formal. Em contrapartida, houve crescimento nas matrículas de creche e, de forma mais expressiva, na educação profissional, que passou de inexistente em 2020 para 116 alunos em 2024, sinalizando avanço na preparação para o mercado de trabalho. O ensino fundamental manteve relativa estabilidade, e a educação especial apresentou números constantes ao longo do período. Esses dados reforçam a necessidade de políticas voltadas à universalização da educação infantil, valorização da EJA, fortalecimento da educação inclusiva e incentivo à continuidade dos estudos, alinhando educação e desenvolvimento social.

Quadro 7 – Matrículas na Educação Básica Segundo Modalidades de Ensino

MODALIDADE DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Creche	349	361	377	403	394
Pré-Escola	559	499	459	491	503
Ensino Fundamental	2.265	2.240	2.240	2.170	2.207

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Mangueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Ensino Médio	566	575	586	587	521
Educação Profissional	-	-	29	86	116
Educação Especial – Classes Exclusivas	108	113	107	106	114
EJA – Ensino Fundamental	193	184	110	97	122
EJA – Ensino Médio	35	67	44	42	29
TOTAL	3.967	3.926	3.816	3.790	3.776

Fonte: IPARDES, Caderno Estatístico Municipal., plano municipal de saúde

3.4 SAÚDE

A rede de saúde de Manguueirinha conforma um conjunto de serviços que, embora distribuídos entre área urbana e rural, opera sob uma lógica de forte centralização, especialmente na Atenção Primária. O município conta com diversas Unidades de Saúde da Família (ESF), serviços de atenção especializada, CAPS e retaguardas hospitalares regionais que compõem o percurso do cuidado. Essa estrutura é fundamental para compreender como as vulnerabilidades sociais se expressam no território, e como o SUAS se articula para garantir proteção integral.

Atenção Primária em Saúde – ESF

O município é coberto pelas seguintes equipes:

- **ESF Central I**
- **ESF Central II**
- **ESF Paraná**
- **ESF Vila Verde**
- **ESF Covó**
- **ESF Invernada**
- **ESF Nardo**
- **ESF Morro Verde**
- **ESF Estilo**

Essa capilaridade permite uma presença estratégica da Atenção Primária, especialmente nas regiões rurais e dispersas, funcionando como a porta de entrada principal do SUS. Cada equipe realiza atendimentos clínicos, acompanhamento de grupos prioritários (gestantes, crianças, idosos) e ações de prevenção, imunização e vigilância.

O desenho atual sugere que a cobertura é significativa, mas enfrenta desafios clássicos de municípios com grande extensão territorial, tais como:

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguueirinha/PR



- Distância entre comunidades;
- Dificuldade de deslocamento de usuários;
- Sobrecarga das equipes urbanas com demandas mais complexas.

2. Atenção Especializada e Saúde Mental

Além das ESF, Manguueirinha possui:

- **Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)**

garantido atenção especializada para transtornos mentais moderados e graves, suporte às famílias e articulação com a rede intersetorial;

- **Serviço de Especialidades Ambulatoriais**

(geralmente concentrado na sede do município), ampliando o acesso a consultas especializadas;

- **Atendimento Hospitalar**

que ocorre por meio de unidades hospitalares locais e regionais, garantindo retaguarda para urgências, emergências, partos e cuidados contínuos.

A presença do CAPS é particularmente relevante para o SUAS, diante do aumento de situações de sofrimento psíquico, tentativas de suicídio e violência autoprovocada identificadas no CREAS e nos RMAs – um ponto de interseção crucial entre as políticas.

3.4.1. Indicadores Estratégicos: Mortalidade Infantil e Gravidez na Adolescência

Mortalidade Infantil

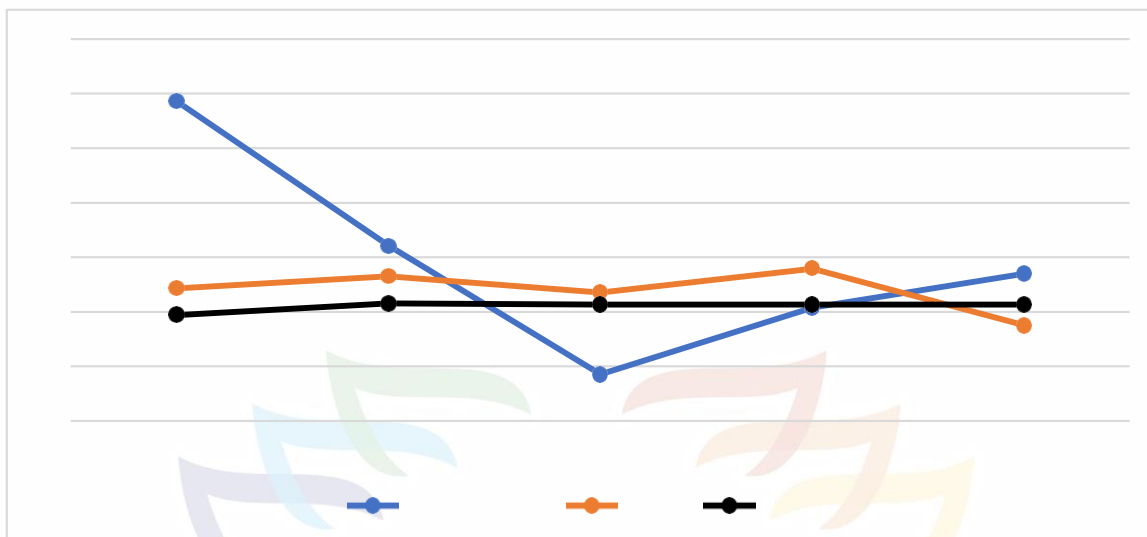
Embora o município siga o padrão estadual de redução gradual da mortalidade infantil, o indicador ainda exige atenção técnica. O comportamento das taxas é influenciado por:

- Condições maternas (pré-natal, doenças associadas, baixa escolaridade);
- Prematuridade e baixo peso ao nascer;
- Barreiras de acesso a serviços especializados;
- Ausência de rápidas respostas para situações de risco.

Crianças com maior risco de agravos frequentemente pertencem a famílias vulneráveis, concentradas no CadÚnico e nos acompanhamentos do PAIF. Assim, vigilância, busca ativa e articulação CRAS–ESF são fundamentais para reduzir riscos e prevenir situações que levam ao acolhimento institucional.



Gráfico 4 – Taxa de Mortalidade Infantil em Manguueirinha entre 2020 a 2024



Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. SINASC. 2025, plano municipal de saúde 2025

3.4.2 Gravidez na Adolescência

A gravidez na adolescência é um dos pontos mais sensíveis do território, e Manguueirinha acompanha o padrão nacional de ocorrência significativa entre jovens de 15 a 19 anos, com registros preservados nos dados da atenção básica e nos acompanhamentos do SUAS. Esse fenômeno é multifatorial, envolvendo:

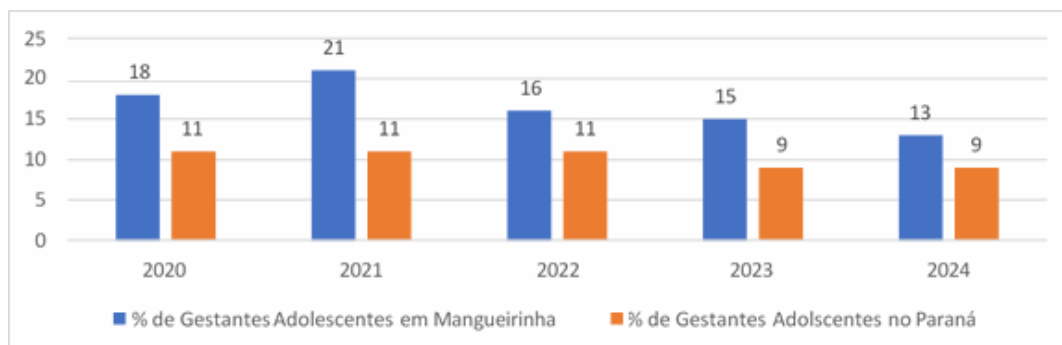
- Vulnerabilidades socioeconômicas;
- Acesso limitado à educação sexual e reprodutiva;
- Barreiras de acesso a métodos contraceptivos;
- Histórico familiar de maternidade precoce.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Gráfico 5 – Percentual de Gestantes Adolescentes



Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. SINASC. Plano Municipal de saúde 2025

As adolescentes gestantes compõem um dos grupos com maior vulnerabilidade social, sendo frequente:

- Inserção no CadÚnico;
- Acompanhamento pelo PAIF;
- Risco aumentado de evasão escolar;
- Dificuldades de apoio familiar;
- Maior exposição a violência de gênero;
- Risco de acolhimento institucional em situações extremas.

A articulação CRAS–ESF é, portanto, estratégica para:

- Garantir pré-natal adequado;
- Assegurar proteção contra violências;
- Fortalecer vínculos familiares;
- Prevenir reincidência.

A rede de saúde de Manguueirinha, apesar de estruturada, revela vulnerabilidades que dialogam de forma direta com o SUAS. A cobertura ampla das ESF é fundamental, mas enfrenta a sobrecarga típica de territórios mistos (urbano concentrado + rural disperso). O CAPS se mostra serviço essencial, especialmente diante das tendências crescentes de violência autoprovocada e sofrimento mental identificadas pelo CREAS.

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



A mortalidade infantil e a gravidez na adolescência reforçam a necessidade de ações conjuntas, pois tais indicadores representam não apenas agravos clínicos, mas fenômenos profundamente enraizados nas desigualdades sociais, familiares e comunitárias dimensão própria da assistência social.

Assim, a articulação SUAS–SUS precisa ser entendida como um **eixo** estruturante do planejamento municipal. O fortalecimento do PAIF, da equipe volante, dos grupos de convivência e do fluxo com saúde mental são caminhos indispensáveis para reduzir agravos, ampliar proteção e romper ciclos de vulnerabilidades.

4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS, A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR

4.1 REORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CONSOLIDAÇÃO DO SUAS

A trajetória da Política Municipal de Assistência Social de Manguinhos reflete o movimento nacional de afirmação da assistência como um direito social, rompendo gradualmente com práticas assistencialistas, clientelistas e caritativas que marcaram a história do país. Esse processo não ocorreu de forma linear ou homogênea: foi construído a partir de disputas, avanços institucionais, marcos legais e reorganizações administrativas. O município passou por sucessivas fases de amadurecimento institucional, que vão desde a emergência de ações pontuais e fragmentadas até a consolidação de um SUAS estruturado, baseado na gestão descentralizada, vigilância, territorialização e intersetorialidade.

A análise documental revela que Manguinhos percorreu – sobretudo entre 2010 e 2025 um ciclo decisivo de fortalecimento institucional, marcado por expansão da rede, implantação de serviços essenciais, reorganização de fluxos e recomposição das equipes de referência, alinhando-se às exigências normativas da LOAS, da PNAS e da NOB/SUAS.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Período	Contexto Nacional	Movimento Local em Manguaçu	Impacto
Antes de 1993	Assistencialismo e filantropia	Ações pontuais, sem estrutura	Baixa institucionalidade e proteção parcial
1993 – LOAS	Assistência como direito	Município inicia estruturação inicial	Consolidação do FMAS e do CMAS
2004 – PNAS	Início do SUAS	Organização de serviços básicos	CRAS como porta de entrada
2005–2009	Tipificação dos Serviços	Estruturação de grupos e oficinas	PAIF começa a ser referência
2010–2015	Expansão do SUAS	Ampliação da rede e primeiros fluxos	CREAS e Casa Lar fortalecidos
2016–2020	Consolidação normativa	Revisão de serviços e readequações	Plano de ação e novas equipes
2021–2023	Retomada de agendas técnicas	Reordenamento e ajustes estruturais	Revisão profunda de processos
2024–2025	Ênfase na Vigilância e no planejamento	Reorganização da rede, equipes e fluxos	Consolidação da lógica técnica do SUAS

Quadro 8, elaboração própria, linha do tempo.

A implantação da política municipal deu-se em um processo de transição entre práticas assistencialistas e a institucionalização da assistência como política pública. A promulgação da LOAS (1993) representou marco estruturante, exigindo que os municípios adotassem órgãos gestores, fundos, conselhos e planos.

Em Manguaçu, esse processo ocorreu de forma gradual. Inicialmente, os atendimentos eram realizados de forma emergencial, voltados a necessidades imediatas como alimentação, roupas, remédios e apoio eventual. O desafio da época era transformar essas ações

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguaçu/PR



fragmentadas em serviços contínuos, profissionalizados e territorializados, orientados por direitos.

O município avançou especialmente a partir dos anos 2000, com a implementação de marcos legais locais, a estruturação do Fundo Municipal de Assistência Social, a criação do CMAS e o início da oferta sistematizada de ações de proteção básica.

A partir da PNAS/2004, Manguueirinha iniciou uma nova fase: passou a consolidar o CRAS como porta de entrada e o CREAS como referência da proteção especial, o que representou mudança profunda na lógica do atendimento, antes centrada no indivíduo, agora estruturada na dimensão familiar e comunitária.

4.1.2 AVANÇOS HISTÓRICOS DA IMPLANTAÇÃO

Eixo	Descrição Detalhada
Institucionalidade	Criação do órgão gestor, FMAS, CMAS, regulamentações internas, primeiros planos municipais e estrutura técnica inicial.
Oferta de Serviços	Implantação do CRAS, estruturação do PAIF, início das atividades de convivência, expansão para atendimento em comunidades.
Proteção Especial	Criação do CREAS, implantação da Casa Lar, organização dos fluxos com o Conselho Tutelar, MP e Judiciário.
Financiamento	Entrada no cofinanciamento federal, organização de pisos (básico, variável, especial, alta complexidade), integração com recursos municipais.
Participação e Controle Social	Consolidação do CMAS como órgão deliberativo, ampliação de processos de conferências, audiências e prestações de contas.

Quadro 9, elaboração própria



A implantação da política em Manguueirinha não pode ser lida de forma isolada: ela se articula com o contexto local marcado por forte ruralidade, presença indígena, desigualdades estruturais e carências históricas em serviços públicos.

Assim, o município precisou construir sua política ao mesmo tempo em que enfrentava desigualdades profundas, tornando o SUAS um instrumento central de apoio às famílias, especialmente as de baixa renda, rurais e indígenas.

4.1.3 REORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DO SUAS

O período recente (2023–2025) marca uma fase de reorganização qualificada, impulsionada pelo Plano de Ação e pelos apontamentos feitos em monitoramentos estaduais e federais. Esses documentos indicaram a necessidade de fortalecer equipes, redefinir a estrutura organizacional, separar funções, revisar fluxos e reordenar serviços.

Segundo o Relatório de Visita Técnica (2025), Manguueirinha passou por mudanças estruturantes:

- Reordenamento total do SCFV
- Reorganização do CRAS e da Proteção Básica
- Implantação formal da Vigilância Socioassistencial
- Revisão das relações entre Órgão Gestor, CRAS e CREAS
- Ajustes dos serviços às normativas da Tipificação
- Recomposição das equipes conforme NOB-RH/SUAS
- Fortalecimento da articulação intersetorial
- Ampliação de rotas rurais e atuação em Terra Indígena

Essas mudanças representam a consolidação da lógica técnica do SUAS, criando padrões de atendimento mais qualificados, protetivos e organizados.



4.1.4 – AVANÇOS DA CONSOLIDAÇÃO DO SUAS

Área	Avanços Estruturantes
Gestão e Planejamento	Implantação da Vigilância; diagnóstico socioterritorial; reorganização administrativa; elaboração de planos e fluxos integrados; fortalecimento da contratualização e monitoramento.
Proteção Social Básica	Estruturação do CRAS como referência territorial; equipe volante ampliada; PAIF com metodologias atualizadas; SCFV reorganizado por ciclos e com planejamento anual.
Proteção Social Especial	Reforço da equipe técnica do CREAS; ampliação da atuação frente a violências domésticas e violações de direitos; início da implantação do Serviço de Acolhimento Familiar.
Territorialização	Atuação ampliada em comunidades rurais e indígenas; rotas de visitas domiciliares; descentralização de ações; mapeamento de microterritórios prioritários.
Gestão do Trabalho	Readequação de cargos; contratação de psicólogos, pedagogos e coordenadores; início da estruturação da educação permanente.
Intersetorialidade	Articulação com Saúde, Educação, Habitação, Agricultura, Justiça, MP, Conselho Tutelar e rede socioeducativa.

Quadro 10, elaboração própria .

4.2 ATUAL ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR

4.2.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

4.2.2 Vigilância Socioassistencial

4.2.3 Setor de Habitação de Interesse Social

4.2.4 Conselhos Municipais de Direito

4.2.5 Programa Nossa Gente Paraná

4.2.6 Proteção Social Básica;

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguieirinha/PR



Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Programa Estadual de Transferência de Renda – Comida Boa

Programa Compra Direta Paraná

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

4.2.7 Proteção Social Especial

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Serviço Especializado em Abordagem Social

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas famílias

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Casa Lar

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

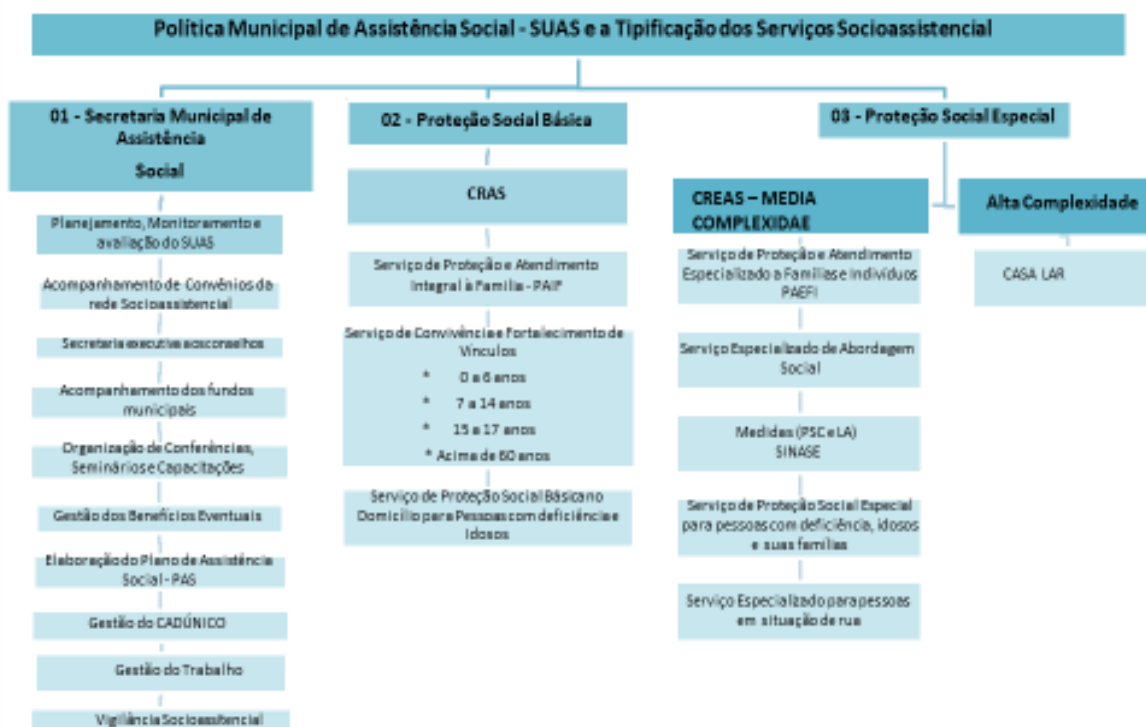
Protevim

Quadro – Unidades de Assistência Social



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ



5. PERFIL DO PÚBLICO DO CADASTRO ÚNICO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

CADASTRO ÚNICO ⓘ



FAMÍLIAS CADASTRADAS
NOVEMBRO/2025

3.674



FAMÍLIAS
EM SITUAÇÃO
DE POBREZA

935



FAMÍLIAS
EM SITUAÇÃO
DE BAIXA
RENDIA

1.039



FAMÍLIAS
COM RENDA
PER CAPITA
MENSAL ACIMA
DE ½ SAL. MIN.

1.700



PESSOAS CADASTRADAS
NOVEMBRO/2025

8.683



PESSOAS
EM SITUAÇÃO
DE POBREZA

2.307



PESSOAS
EM SITUAÇÃO
DE BAIXA
RENDIA

2.994



PESSOAS
COM RENDA
PER CAPITA
MENSAL ACIMA
DE ½ SAL. MIN.

3.382



ESTIMATIVA DE FAMÍLIAS
COM PERFIL CADASTRO ÚNICO ⓘ

1.920

COBERTURA (%)



Figura 8, fonte CECAD

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Mangueirinha/PR



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Cadastro Único para Programas Sociais é o principal instrumento de identificação socioeconômica das famílias de baixa renda no Brasil e constitui base estruturante da Política de Assistência Social. Em Manguinhos, os dados atualizados até novembro de 2025 indicam uma rede de proteção com alta capilaridade, refletindo tanto o esforço de busca ativa quanto as vulnerabilidades persistentes no território.



Pessoas Cadastradas

11/2025

8.683



Pessoas Cadastradas em Famílias em situação de Pobreza

2.307 (27%)



Pessoas Cadastradas em Famílias de Baixa Renda

2.994 (34%)



Pessoas Cadastradas em Famílias Acima de ½ Sal. Min.

3.382 (39%)

Figura 9, fonte CECAD

O Cadastro Único de Manguinhos reúne, em novembro de 2025, 8.528 pessoas, das quais 3.856 são homens (45,22%) e 4.672 são mulheres (54,78%), demonstrando leve predominância feminina entre a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa diferença de gênero não é apenas numérica: ela expressa o lugar central das mulheres como responsáveis familiares, cuidadoras de crianças, idosos e pessoas com deficiência e, ao mesmo tempo, mais expostas a sobrecarga, baixa renda e violência, o que exige do SUAS um



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

olhar atento para estratégias de proteção e autonomia econômica.

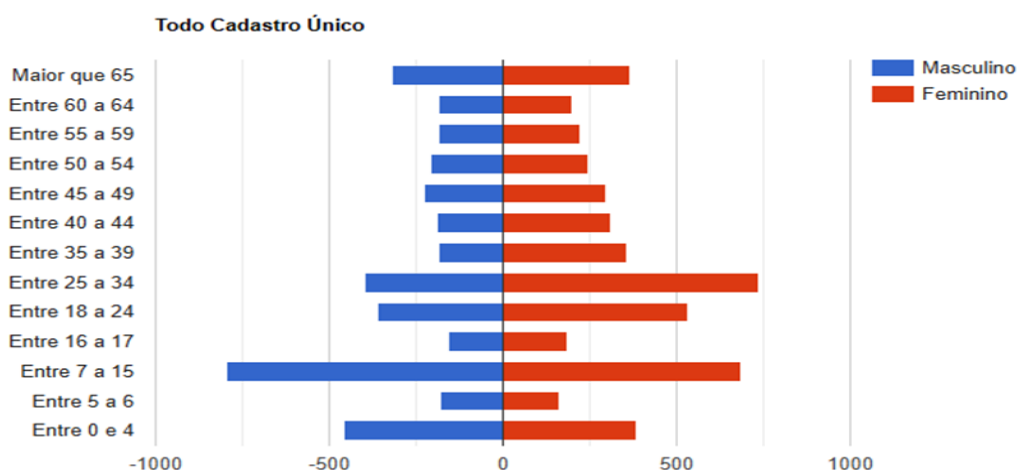


Gráfico 6, fonte CECAD

A distribuição etária, gráfico 6 mostra que o CadÚnico concentra, sobretudo, crianças, adolescentes e jovens adultos. Os maiores grupos são:

- **7 a 15 anos** – 1.483 pessoas (17,39%);
- **25 a 34 anos** – 1.135 pessoas (13,31%);
- **18 a 24 anos** – 891 pessoas (10,45%);
- **0 a 4 anos** – 839 pessoas (9,84%).

Esse desenho revela um cadastro fortemente juvenilizado e infantilizado, com grande número de crianças em idade escolar e jovens em fase de entrada ou permanência no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, observa-se um contingente importante de pessoas idosas: o grupo com 65 anos ou mais soma 684 pessoas (8,02%), indicando que a população cadastrada também vive o processo de envelhecimento já identificado no Censo geral do município.

Quando articulamos essa fotografia demográfica com a situação de renda, o quadro de vulnerabilidade fica ainda mais evidente. O CECAD mostra que, entre as 3.674 famílias cadastradas, 935 (25%) estão em pobreza e 1.039 (28%) em baixa renda, enquanto 1.700 (46%)



aparecem com renda acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Ao observar as pessoas nessas faixas, temos 2.307 pessoas em famílias pobres (27%) e 2.994 em famílias de baixa renda (34%), somando 5.301 pessoas (61%) da população cadastrada em claro quadro de vulnerabilidade econômica.

Ou seja: seis em cada dez pessoas do CadÚnico de Manguinhos vivem abaixo da linha de renda considerada adequada para mínimas condições de sobrevivência. Isso confirma aquilo que a gestão já percebe no cotidiano do CRAS e da equipe volante: famílias jovens, com muitos dependentes, vivendo com pouca renda, em moradias precárias e com forte dependência de programas de transferência (Bolsa Família, BPC, Benefícios Eventuais).

O relatório do IVCAD, com referência em março de 2025, aprofunda essa leitura ao apontar um Índice de Vulnerabilidade de 0,285, com destaque para os componentes “Trabalho e Qualificação de Adultos” (0,67) e “Necessidade de Cuidados” (0,425). Na prática, isso significa que, entre as famílias avaliadas, é muito frequente a presença de adultos:

- Sem ensino fundamental ou médio completo;
- Sem ocupação estável;
- Fora do mercado formal;
- Com rendimento do trabalho inferior a 1 salário mínimo.

O próprio IVCAD mostra que 0,94 das famílias não possuem nenhum adulto com renda de trabalho acima de 1 salário mínimo e 0,739 não têm adulto ocupado no setor formal, confirmando que a principal fonte de renda em grande parte dos domicílios são justamente os benefícios socioassistenciais (Bolsa Família e BPC).

Além disso, o índice de “Necessidade de Cuidados” evidencia a presença relevante de crianças pequenas, pessoas com deficiência e idosos nos arranjos familiares, o que aumenta a sobrecarga de cuidado – majoritariamente sobre mulheres – e reduz a possibilidade de inserção produtiva dos responsáveis. Isso se conecta diretamente com a estrutura etária do CadÚnico:



muitas famílias têm crianças de 0 a 6 anos, adolescentes em idade escolar e, ao mesmo tempo, idosos que demandam apoio contínuo.

Quando se observa o recorte de idade e gênero dentro do CadÚnico, percebe-se que, a partir dos 18 anos, as mulheres passam a ser maioria em praticamente todas as faixas etárias: em 25 a 34 anos, por exemplo, 64,76% são mulheres, e tendência semelhante se repete nas faixas de 35 a 39, 40 a 44 e 45 a 49 anos. Essa predominância feminina nas idades centrais da vida adulta confirma aquilo que o CRAS já percebe em seus atendimentos: mulheres são, em grande medida, responsáveis familiares, interlocutoras com as políticas públicas, chefes de família monoparental, cuidadoras e, muitas vezes, as únicas responsáveis pela renda proveniente de benefícios.

5.1 Microterritórios

A análise dos dados do Cadastro Único constitui uma das principais ferramentas de leitura das vulnerabilidades sociais de Manguueirinha. A partir dos microdados do CECAD (base completa), foi possível examinar a distribuição socioeconômica das famílias, com destaque para:

- Condições de renda;
- Diferenças territoriais entre área urbana e interior;
- Situação específica da população indígena residente nas aldeias Água Santa, Paiol Queimado e Sede.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

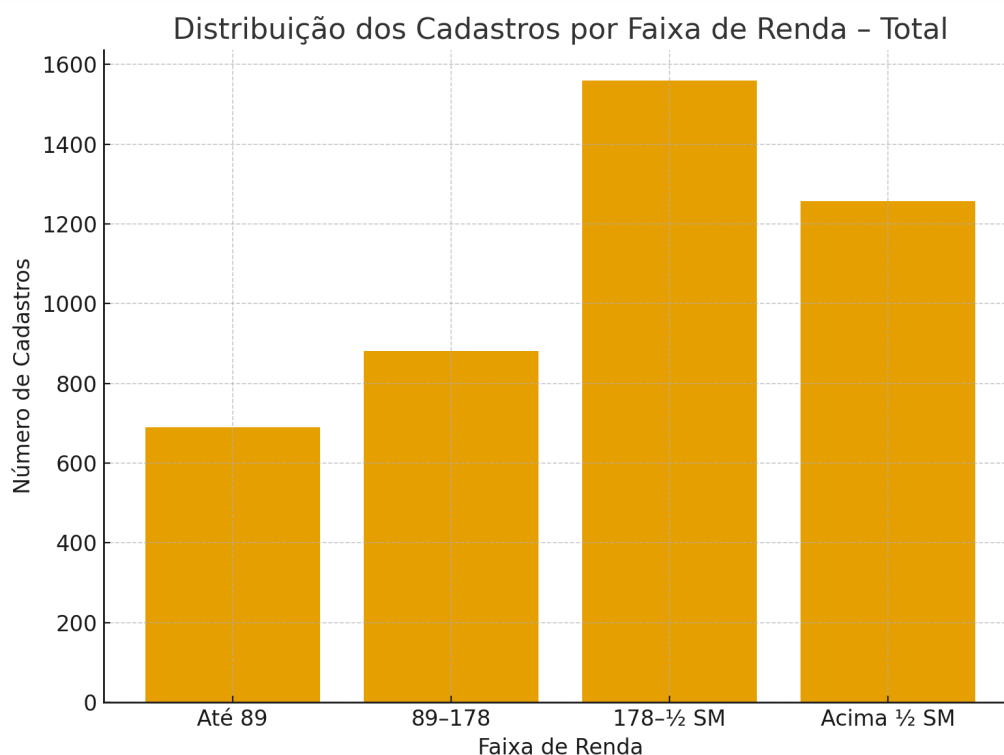


Gráfico 8- Distribuição Geral dos Cadastros por Faixa de Renda, dados do CECAD 2025

A distribuição revela que Manguieirinha apresenta uma base socioeconômica marcada por vulnerabilidade persistente, especialmente entre as famílias que apresentam renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. A soma dos dois primeiros estratos (extrema pobreza e pobreza) totaliza 1.571 famílias, representando aproximadamente 36% de todas as famílias cadastradas.

A faixa mais numerosa, famílias com renda entre R\$ 178 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo – indica a presença de uma maioria em situação de renda baixa, porém não extremamente pobre, caracterizando vulnerabilidade econômica crônica e forte dependência das políticas de transferência de renda e do PAIF.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

O município ainda possui um contingente significativo de famílias abaixo da linha de vulnerabilidade econômica, o que mantém elevada a demanda por PAIF, benefícios eventuais, SCFV e condicionalidades.

A predominância de famílias entre 178–½ SM demonstra que boa parte da população vive em condição de renda instável, frequentemente sujeita a crises econômicas e retorno à pobreza, reforçando a importância de ações de prevenção e acompanhamento contínuo pelo CRAS.

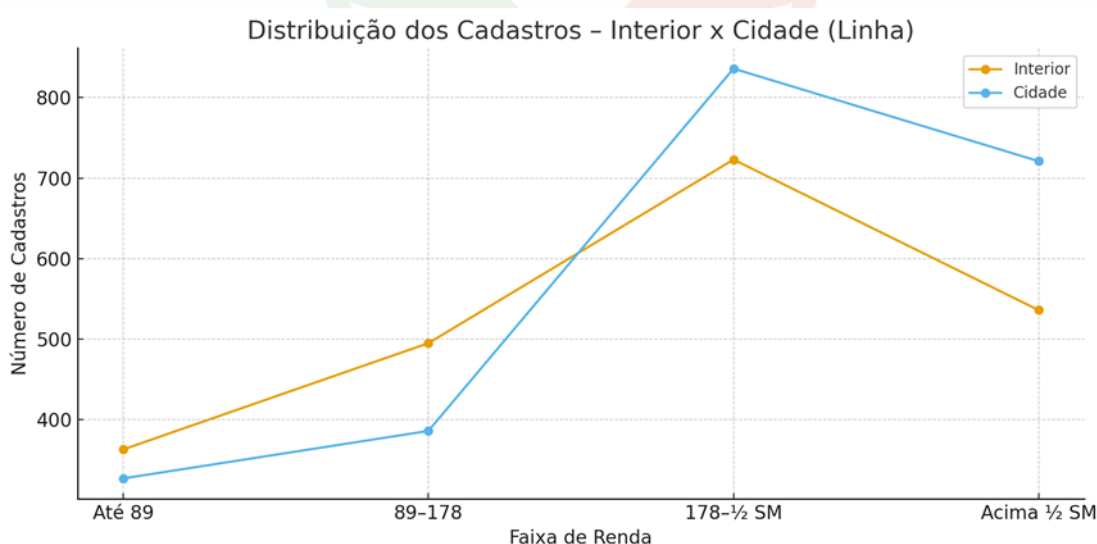


Gráfico 9- Distribuição dos Cadastros por Renda (Interior x Cidade), dados CECAD 2025

A comparação entre interior e área urbana, gráfico 9, na distribuição dos cadastros do CadÚnico revela diferenças estruturais que ajudam a compreender a configuração da vulnerabilidade socioeconômica no território de Manguinhos. O gráfico com duas linhas uma representando o interior e outra a cidade mostra claramente como cada faixa de renda se comporta nas duas porções do município.



A primeira observação diz respeito ao predomínio da pobreza e da baixa renda no interior. Nas faixas de renda até R\$ 178,00 per capita, as curvas de interior e cidade se aproximam, mas o interior mantém ligeira superioridade numérica, indicando maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade acentuada. Isso reforça a leitura territorial já identificada em outros segmentos do diagnóstico: a zona rural concentra fragilidades históricas, marcadas por menor acesso a políticas públicas e dependência mais direta da atuação do CRAS volante.

À medida que a renda familiar aumenta principalmente na faixa entre R\$ 178,01 e $\frac{1}{2}$ salário mínimo — observa-se um crescimento mais expressivo na série da **cidade**, que ultrapassa o interior de forma significativa. Esse comportamento é esperado em municípios com estrutura urbana mais consolidada, onde a oferta de trabalho formal e serviços tende a ser maior. Ainda assim, o interior apresenta valores elevados, revelando que parte das famílias rurais se mantém vinculada a atividades produtivas estáveis, como agricultura familiar e benefícios previdenciários.

Na faixa acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a curva urbana volta a se distanciar da curva rural, sugerindo maior heterogeneidade econômica na área urbana, enquanto o interior tende a concentrar famílias em patamares mais baixos de renda. Essa assimetria revela que o interior depende mais intensamente das políticas de transferência de renda tanto Bolsa Família quanto Benefícios Eventuais reforçando o papel estratégico do SUAS na proteção social desse território.

A leitura integrada aponta que a disparidade de renda entre interior e cidade interfere diretamente na demanda pelos serviços do SUAS, especialmente PAIF, trabalho da equipe volante, condicionalidades e provisão de benefícios eventuais. Em síntese, o gráfico evidencia três dimensões fundamentais:

- A pobreza é persistente e mais intensa no interior, ainda que a área urbana também concentre grande contingente de famílias vulneráveis.

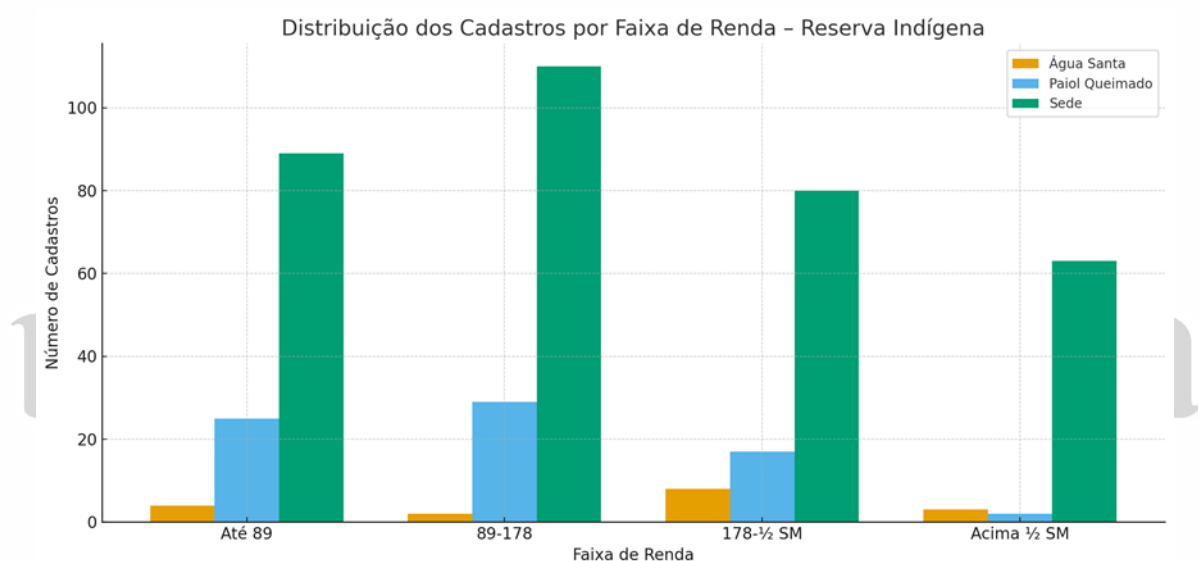


MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

- As faixas de maior renda estão fortemente associadas ao espaço urbano, revelando maior dinamismo econômico.
- O desenho da política socioassistencial deve considerar essas diferenças territoriais, garantindo que a proteção alcance todos os segmentos de forma equitativa.

Essa leitura reforça a necessidade de ações descentralizadas, territorializadas e proporcionais ao nível de vulnerabilidade de cada localidade, consolidando o papel da vigilância socioassistencial como eixo estruturante do planejamento do SUAS no município.



Distribuição dos Cadastros por Renda - Reserva Indígena de Manguinhos (Água Santa, Paiol Queimado e Sede)

O gráfico 10 apresenta a composição socioeconômica das três localidades que formam a Reserva Indígena de Manguinhos, estruturada por faixa de renda declarada no Cadastro Único. A análise dos dados permite identificar padrões importantes de vulnerabilidade, desigualdade interna e perfil socioeconômico do território indígena.

A leitura dos dados do Cadastro Único referentes à Reserva Indígena revela um retrato consistente de vulnerabilidade estrutural e persistente, que se expressa de maneira clara na distribuição das faixas de renda. A predominância das famílias nas faixas até R\$ 89,00 e entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 que juntas somam 259 famílias, equivalentes a mais de 61% de todos os

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguinhos/PR



cadastros evidencia um quadro de pobreza e extrema pobreza muito acima da média municipal. Esta concentração nas faixas econômicas mais baixas reforça a condição histórica de desigualdade vivenciada pelos povos indígenas, e sinaliza a necessidade de atuação prioritária da Política de Assistência Social, tanto na proteção básica quanto em estratégias articuladas com saúde, educação e segurança alimentar.

Ao observar a distribuição espacial desses cadastros, torna-se nítido que a Sede da Reserva concentra amplamente a maioria das famílias em todas as faixas de renda, representando entre 75% e 90% dos registros. Essa centralidade confirma a Sede como polo estruturante de moradia, organização comunitária e acesso aos serviços públicos. Portanto, trata-se de um território que demanda presença contínua do CRAS, da equipe volante e de ações regulares de convivência e fortalecimento de vínculos, capazes de responder ao volume populacional e ao grau de vulnerabilidade ali concentrado. A Sede, na prática, funciona como o eixo de sustentação da política social dentro da Reserva.

Por outro lado, as localidades de Água Santa e Paiol Queimado apresentam número absoluto menor de famílias, mas essa baixa densidade não pode ser confundida com menor necessidade de proteção social. Em Água Santa, observa-se maior presença nas faixas de renda mais baixas, com distribuição irregular que indica condições socioeconômicas extremamente frágeis. Paiol Queimado, embora mantenha valores mais homogêneos, permanece completamente situado nas faixas de baixa renda. Essa realidade revela que, nesses dois territórios, a vulnerabilidade assume contornos distintos, mais dispersa, menos visível, e dependente de estratégias de busca ativa intensiva. A menor quantidade de cadastros aponta, possivelmente, para barreiras de acesso aos serviços municipais, limitação de mobilidade e até subregistro. Portanto, exigem ações específicas da proteção social, baseadas na territorialização e na presença ativa da equipe volante.

A análise da faixa de renda mais alta acima de meio salário mínimo reforça ainda mais esse cenário de fragilidade estrutural. Apenas 68 cadastros encontram-se neste grupo, representando cerca de 16% do total da população indígena cadastrada. Trata-se da menor faixa em toda a Reserva, o que expressa um grau significativo de dependência de políticas públicas e baixa capacidade de geração de renda, seja por falta de oportunidades, acesso desigual ao mercado de



trabalho ou barreiras estruturais ainda não superadas. Tal realidade reforça a urgência de ampliar ações de inclusão produtiva voltadas especificamente à população indígena, como fortalecimento da agricultura tradicional, apoio a iniciativas comunitárias e programas que articulem cultura, território e economia sustentável.

Em síntese, o conjunto dos dados permite afirmar que a população indígena de Manguueirinha vive sob condições socioeconômicas particularmente vulneráveis, com forte concentração na pobreza e dependência acentuada do SUAS. A territorialidade indígena apresenta nuances importantes: concentração na Sede e vulnerabilidade dispersa nas demais aldeias, o que demanda planejamento diferenciado e integrado das políticas públicas. A leitura territorial, portanto, reafirma a necessidade de uma atuação contínua, sensível e culturalmente adequada, garantindo que a rede de proteção social reconheça e responda às especificidades dessa população não apenas como grupo vulnerável, mas como comunidade com identidades próprias, modos de vida distintos e direitos coletivos assegurados.

Do ponto de vista do SUAS, o conjunto desses dados indica que o perfil da população do CadÚnico em Manguueirinha é marcado por:

- Juventude e infância em vulnerabilidade econômica;
- Forte presença de mulheres adultas como responsáveis familiares e cuidadoras;
- Famílias multigeracionais, com crianças, adolescentes e idosos no mesmo domicílio;
- Baixa inserção produtiva de adultos, com intensa dependência de benefícios de renda;
- Necessidade elevada de cuidados, especialmente com crianças pequenas, PcD e idosos.

Esse retrato reforça a centralidade do CRAS, do PAIF e da equipe volante na organização da proteção social básica. A gestão precisa considerar que cada ação planejada seja ampliação do SCFV, fortalecimento de grupos de mulheres, programas com juventude ou estratégias para cuidadores de idosos e PcD deve partir desse perfil concreto: famílias jovens, chefiadas por mulheres, com muitos dependentes, baixa renda e pouca inserção no trabalho formal.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

Em síntese, o CadÚnico, o IVCAD e o CECAD mostram que Manguueirinha possui uma população cadastrada que não é apenas pobre em renda, mas que convive com múltiplas dimensões de vulnerabilidade – educacional, laboral, habitacional, geracional e de cuidado. Isso exige um SUAS atento, territorializado e altamente articulado, capaz de transformar esses indicadores em prioridades claras de acompanhamento familiar, oferta de serviços e pactuação de metas no PMAS.

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas Outubro/2025	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF Outubro/2025
Indígenas	294	154
Ciganos	0	0
Quilombolas	0	0
Ribeirinhos	0	0
Extrativistas	0	0
Pescadores artesanais	0	0
Agricultores familiares	114	18
Assentados da Reforma Agrária	73	12
Acampados	14	5
Pessoas em situação de rua	0	0
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	2	1
Coletores de material reciclável	5	3
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	1	0
Famílias de presos do sistema carcerário	4	2
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	0	0
Total*	494	192

Figura 10 Grupos Populacionais Tradicionais Específicos Fonte: Elaboração própria com dados obtidos no CECAD, 2025



Os dados apresentados permitem compreender o perfil de grupos familiares específicos que demandam atenção diferenciada da Política de Assistência Social, conforme diretrizes da PNAS e da Tipificação Nacional dos Serviços. Em Manguueirinha, observa-se a presença marcante de famílias indígenas, que representam 294 registros, configurando o maior grupo específico do município. Destas, 154 são beneficiárias do Programa Bolsa Família, evidenciando alta dependência de transferências de renda e vulnerabilidades socioeconômicas profundas. Trata-se de um público prioritário para o SUAS, que exige atuação sensível às especificidades culturais, à territorialidade e ao modo de organização comunitária, especialmente nos atendimentos da equipe volante e no PAIF.

Outro grupo relevante são os agricultores familiares, com 114 famílias cadastradas, das quais 18 recebem Bolsa Família. Embora esse público possua certa autonomia produtiva, o cadastro indica que parte significativa enfrenta instabilidade econômica, sazonalidade da renda e dificuldades de acesso aos serviços. Este dado reforça a importância da articulação entre SUAS e políticas de desenvolvimento rural, segurança alimentar e inclusão produtiva.

Destacam-se ainda os assentados da reforma agrária (73 famílias, 12 beneficiárias do PBF) e acampados (14 famílias, 5 no PBF), que frequentemente vivenciam contextos de precariedade habitacional, isolamento territorial e dificuldade de acesso a políticas públicas. Esses grupos geralmente apresentam vulnerabilidades estruturais e devem ser acompanhados com prioridade, uma vez que combinam baixa renda, forte presença de crianças e limitações de acesso a serviços públicos.

A presença de coletores de material reciclável (5 famílias) e famílias de pessoas privadas de liberdade (4 famílias, 2 no PBF), embora numericamente pequena, representa segmentos historicamente marginalizados, com elevada exposição a riscos sociais, discriminação e barreiras de acesso ao trabalho formal. São famílias que demandam ações específicas de acolhimento, fortalecimento de vínculos e orientação socioassistencial.



Por fim, observa-se a ausência de registros para comunidades quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais e famílias de comunidades de terreiro, o que pode indicar inexistência desses grupos no território ou subidentificação no cadastro, o que deve ser analisado pela vigilância socioassistencial em conjunto com o CRAS.

6. INDICADORES DE ATENDIMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR

A partir da caracterização territorial, demográfica e socioeconômica apresentada nas seções anteriores, torna-se fundamental avançar para a análise dos atendimentos realizados pela rede socioassistencial de Manguueirinha. Os indicadores de oferta e de demanda dos serviços do SUAS constituem uma base imprescindível para compreender o volume, o perfil e a complexidade das situações acompanhadas no território, revelando tanto a eficácia da atuação municipal quanto os desafios persistentes no campo da proteção social.

As informações que compõem esta seção foram extraídas do Sistema Fly Social, que consolida os registros operacionais do CRAS, da equipe volante e demais serviços da proteção social básica, além de dados provenientes das bases oficiais do Governo Federal (CadÚnico, Bolsa Família, RMA, Censo SUAS e IVCAD). A leitura integrada desses sistemas permite identificar tendências, fluxos, sazonalidades, desigualdades territoriais e padrões de vulnerabilidade que impactam diretamente a organização dos serviços e o planejamento do PMAS.

Com base nesses registros, esta seção apresenta uma análise detalhada da evolução dos atendimentos, dos benefícios eventuais concedidos, da dinâmica de visitas domiciliares, do perfil das famílias acompanhadas e dos registros mensais de atendimento (RMA), oferecendo um panorama consistente das demandas que chegam ao SUAS e da capacidade de resposta da rede municipal. Trata-se de um bloco estratégico do diagnóstico, pois traduz tecnicamente o movimento real das famílias nos serviços, conectando o que foi identificado nas vulnerabilidades estruturais ao modo como essas vulnerabilidades se manifestam no cotidiano dos atendimentos.



6.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

6.1.2 Benefício de Prestação Continuada – BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social, constitui uma das principais políticas de garantia de renda para pessoas idosas e pessoas com deficiência no município de Manguueirinha. Em setembro de 2025, o município contabilizou 589 beneficiários com pagamento ativo, sendo 587 inseridos no Cadastro Único, o que demonstra cobertura cadastral próxima de 100%, indicador de boa articulação entre a gestão municipal, o INSS e o trabalho de busca ativa realizado pelo CRAS e pela equipe volante.

Beneficiários do BPC por grupo – Manguueirinha/PR (Set/2025)

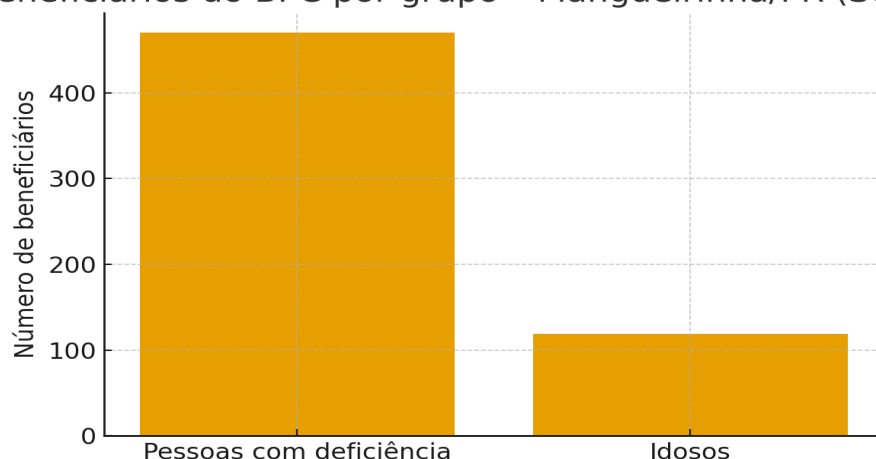


Gráfico 7, elaboração própria dados CECAD

A distribuição interna dos benefícios revela a centralidade da deficiência na estrutura da proteção social local: 470 benefícios são destinados a pessoas com deficiência (80%), enquanto 119 são concedidos a pessoas idosas (20%). Essa predominância reforça o que já foi identificado em outras seções do diagnóstico: Manguueirinha possui um contingente significativo de pessoas com limitações funcionais, dependência de cuidados e vulnerabilidades associadas, especialmente em territórios rurais e em famílias de baixa escolaridade e renda instável.



O impacto econômico do BPC é igualmente relevante. Apenas entre janeiro e setembro de 2025, R\$ 7.870.919,05 foram injetados diretamente na economia local, com repasse mensal de R\$ 894.127,85 em setembro. Esse recurso supera, em muitos casos, o volume de cofinanciamento estadual e federal destinado à rede socioassistencial, tornando o BPC uma das principais fontes de estabilidade financeira para famílias em pobreza ou com fragilidade laboral.

Uma análise qualitativa do perfil dos beneficiários evidencia a presença de múltiplas vulnerabilidades: baixa escolaridade, ausência de inserção produtiva, condições crônicas de saúde, deficiências motoras e cognitivas e dependência de cuidados contínuos. Esses elementos dialogam diretamente com o IVCAD, que aponta índices elevados como a dimensão “Trabalho e Qualificação de Adultos” (0,67) e a dimensão “Necessidade de Cuidados” (0,425). Em termos práticos, isso significa que muitas famílias beneficiárias apresentam adultos sem ocupação formal, cuidadores familiares sobrecarregados e forte dependência do benefício como única renda estável.

O recorte étnico-racial também evidencia tendências relevantes: 150 beneficiários se autodeclararam negros, entre homens e mulheres, o que corresponde a cerca de 25,5% do total, percentual inferior à representatividade da população negra no município. Esse dado aponta para a necessidade de estratégias antirracistas de acesso ao benefício, apoio no processo de perícia e orientação individualizada.

Para o SUAS, o conjunto desses indicadores reafirma o BPC como eixo estruturante da proteção social. Ele sustenta famílias inteiras, reduz a incidência de insegurança alimentar, garante o mínimo de dignidade e complementa os esforços do PAIF, PAEFI, equipes volantes e demais serviços da rede. O acompanhamento das famílias beneficiárias deve integrar ações de:

- Prevenção de violações de direitos;
- Fortalecimento de vínculos;
- Apoio aos cuidadores;



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

- Encaminhamentos à rede de saúde;
- Atualização cadastral contínua, sobretudo em períodos de revisão do benefício;
- Articulação com programas de adaptação domiciliar, acessibilidade e inclusão.

Assim, mais do que um instrumento financeiro, o BPC em Manguueirinha é um mecanismo de estabilização social, profundamente conectado às vulnerabilidades históricas do território, à organização familiar rural, às demandas geracionais e à dinâmica da deficiência. A consolidação de ações estratégicas voltadas a esse público é essencial para o fortalecimento da proteção social básica e especial no município

6.1.3 Programa Bolsa Família – PBF

O Programa Bolsa Família mantém posição central na proteção social de Manguueirinha, constituindo-se como o principal mecanismo de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Em novembro de 2025, o município registrou 986 famílias beneficiárias, alcançando 2.729 pessoas, o que representa uma proporção significativa do público cadastrado no CadÚnico e confirma a expressiva dependência do programa no território.

BOLSA FAMÍLIA ⓘ



FAMÍLIAS
NOVEMBRO/2025
986

PESSOAS
NOVEMBRO/2025
2.729

**BENEFÍCIO MÉDIO
MENSAL ***
NOVEMBRO/2025
R\$ 644,71

**VALOR MENSAL
REPASSADO ***
NOVEMBRO/2025
R\$ 633.754



**TOTAL DE BENEFÍCIOS DO
BOLSA FAMÍLIA**
NOVEMBRO/2025
5.018

BRC RENDA DE
CIDADANIA
2.726

BCO COMPLEMENTARES
902

**BPI
PBF** PRIMEIRA
INFÂNCIA - PBF
553

BET EXTRAORDINÁRIOS
DE TRANSIÇÃO
0

**TOTAL DE BENEFÍCIOS VARIÁVEIS
FAMILIARES**
837

BVG GESTANTES
38

BVN NUTRIZ
25

BV CRIANÇAS
662

BVA ADOLESCENTE
175

Figura 11- fonte CECAD 2025

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguueirinha/PR



O montante financeiro destinado ao município R\$ 633.754,00 apenas no mês de novembro, com benefício médio de R\$ 644,71 demonstra a importância econômica do Bolsa Família no movimento local de consumo, sobretudo entre famílias residentes em áreas rurais, comunidades indígenas e bairros periféricos. Este volume de recursos supera, na prática, o repasse anual de alguns blocos de cofinanciamento federal do SUAS, evidenciando que a renda transferida pelo programa funciona como *motor* econômico e social de Manguueirinha.

A composição interna dos benefícios revela um território marcado por vulnerabilidades distributivas e demográficas. Entre os 837 benefícios variáveis, destacam-se:

- 662 benefícios para crianças, indicando forte presença de famílias com crianças pequenas e em idade escolar.
- 175 benefícios para adolescentes, reforçando a necessidade de acesso à escola, apoio pedagógico e prevenção às violências.
- 38 benefícios para gestantes e 25 para nutrizes, sinalizando uma dinâmica de maternidade jovem e necessidade de atenção contínua às gestantes pelo SUAS e pela saúde.
- 553 benefícios da Primeira Infância (BPI/PBF), evidenciando um contingente expressivo de crianças de 0 a 6 anos que dependem do benefício para alimentação, higiene, transporte e cuidados básicos.

Esse desenho mostra que o Bolsa Família alcança, principalmente, famílias com crianças pequenas, mulheres responsáveis familiares e arranjos com múltiplos dependentes, o que se alinha exatamente com o perfil etário do CadÚnico de Manguueirinha fortemente infantilizado e juvenilizado.

A leitura integrada com o IVCAD confirma que a maioria dessas famílias convive com baixa escolaridade dos adultos, inserção produtiva limitada e precariedade habitacional, o que intensifica o papel do benefício como renda estruturante. Em muitos domicílios, o Bolsa Família é a única fonte de recurso monetário regular, utilizada para compra de alimentos, gás de cozinha, materiais escolares e transporte, especialmente nas áreas rurais onde o acesso ao trabalho formal é escasso.

Outro aspecto fundamental diz respeito ao recorte de gestantes e nutrizes. Os números (38 gestantes e 25 nutrizes) apontam para um ciclo reprodutivo ativo entre mulheres jovens,



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

muitas delas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Este dado reforça a necessidade de articulação do CRAS com a Atenção Primária à Saúde para:

- Acompanhamento de gestação e puerpério;
- Fortalecimento do PAIF com grupos de mulheres;
- Ações educativas sobre cuidados com bebês e amamentação;
- Prevenção de violências domésticas e negligência.

Já o indicador relacionado a crianças e adolescentes evidencia a importância do SCFV no território, sobretudo no acompanhamento de crianças de 6 a 14 anos, prevenindo riscos como evasão escolar, trabalho infantil, violência e isolamento social.

Do ponto de vista da gestão, é relevante observar que o município possui cobertura total do CadÚnico acima de 100%, o que se traduz na alta sensibilidade da rede para identificar vulnerabilidades invisíveis e garantir que famílias elegíveis ao Bolsa Família não fiquem desprotegidas. Isso demonstra maturidade técnica e bom funcionamento da articulação entre CRAS, equipe volante e setor de cadastro.

Em síntese, o Bolsa Família em Manguueirinha:

- Protege crianças, mulheres e famílias jovens, que constituem o núcleo da vulnerabilidade no município;
- Injeta recursos significativos na economia local, atuando como estabilizador de renda;
- Está fortemente relacionado à estrutura demográfica juvenil do CadÚnico;
- Reflete desigualdades territoriais e raciais, especialmente nas comunidades indígenas;
- Exige forte articulação entre SUAS e saúde, principalmente no ciclo gestacional e infantil;
- É o eixo de sustentação financeira de centenas de lares com baixa ou nenhuma inserção produtiva.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família em Manguueirinha/PR – Saúde e educação



6.1.3.1 Educação

Acompanhamento das Condicionalidades

EDUCAÇÃO	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e Adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e Jovens (16 a 17 anos)	Total de Pessoas (4 a 17 anos)
Público para acompanhamento	184	739	154	1.077
Pessoas acompanhadas	184	732	154	1.070
Taxa de acompanhamento	100,00%	99,05%	100,00%	99,35%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade (com frequência acima da exigida)	181	723	129	1.033
Taxa de cumprimento	98,37%	98,77%	83,77%	96,54%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Setembro/2025).

Figura 12, fonte CECAD 2025

O quadro de acompanhamento das condicionalidades da educação referente ao mês de setembro de 2025 demonstra um desempenho amplamente satisfatório no município de Manguueirinha, evidenciando boa articulação intersetorial entre Assistência Social, Educação e equipes do Cadastro Único.

Foram identificadas 1.077 crianças, adolescentes e jovens entre 4 e 17 anos com perfil para acompanhamento escolar. Destas, 1.070 foram efetivamente acompanhadas, resultando em uma taxa de acompanhamento de 99,35%, índice muito superior ao mínimo exigido pelo Programa Bolsa Família.

O cumprimento da condicionalidade frequência escolar mínima também apresenta resultados positivos: 1.033 estudantes atenderam plenamente os critérios estabelecidos pelo programa, o que corresponde a 96,54% do total. As maiores taxas concentram-se nas faixas de 4 a 5 anos (98,37%) e 6 a 15 anos (98,77%), que refletem boa permanência escolar e gestão eficiente das informações por parte das unidades educacionais e do setor de condicionalidades.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

SAÚDE	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres	Total de Pessoas (crianças e mulheres)
Público para acompanhamento	633	1.497	2.130
Pessoas acompanhadas	487	1.438	1.925
Taxa de acompanhamento	76,94%	96,06%	90,38%
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	483	-	
Taxa de cumprimento	99,18%	-	

SAÚDE	Gestantes
Pessoas acompanhadas	56
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	56
Taxa de cumprimento	100,00%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC (Junho/2025).

Figura 13, fonte CECAD 2025

O quadro apresentado sintetiza o desempenho do município de Manguueirinha/PR no acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF), contemplando crianças menores de 7 anos, mulheres (em especial gestantes) e o total de pessoas que integram o público sujeito às exigências do programa.

Os dados mostram que, em junho de 2025, 2.130 pessoas compunham o público obrigatório para o acompanhamento das condicionalidades de saúde. Desse total, 1.925 pessoas foram efetivamente acompanhadas, resultando numa taxa de acompanhamento de 90,38%, desempenho considerado adequado e dentro do parâmetro nacional de qualidade, que estabelece meta mínima de 75% de acompanhamento.

Entre as crianças menores de 7 anos, o acompanhamento atingiu 76,94%, proporção inferior à observada entre as mulheres, cujo acompanhamento alcançou 96,06%, evidenciando uma atenção mais consolidada ao público feminino — possivelmente vinculada ao pré-natal, consultas de rotina e articulação entre atenção primária e equipes de referência.

No que diz respeito ao cumprimento das condicionalidades, observa-se que 483 crianças menores de 7 anos alcançaram a frequência mínima exigida em vacinação e acompanhamento



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

do crescimento e desenvolvimento infantil, resultando em uma taxa de 99,18%, índice considerado excelente.

Para o grupo de gestantes, os dados revelam 100% de acompanhamento e 100% de cumprimento, indicando forte integração entre Atenção Primária à Saúde, Cadastro Único e acompanhamento familiar pelo SUAS. Esse resultado sugere processos consistentes de busca ativa, monitoramento de pré-natal e integração com o PAIF/PBF.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família, em Manguueirinha, não podem ser compreendidas apenas como um conjunto de exigências para manutenção do benefício. Elas funcionam, na prática, como um poderoso instrumento de garantia de direitos e de articulação entre o SUAS, o SUS e a rede educacional. Em um município em que a maior parte das famílias beneficiárias vive em situação de pobreza ou baixa renda, com forte presença de crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, o acompanhamento das condicionalidades se converte em uma estratégia estruturante de proteção social e de vigilância de risco.

No campo da saúde, as condicionalidades envolvem o acompanhamento do pré-natal de gestantes, o monitoramento de nutrízes, o controle vacinal e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos. Os dados do Bolsa Família em novembro de 2025 mostram que Manguueirinha possui quarenta e oito gestantes e nutrízes beneficiárias, sendo trinta e oito gestantes e vinte e cinco nutrízes, além de um contingente expressivo de seiscentas e sessenta e duas crianças e mais de quinhentas na primeira infância vinculadas ao programa. Este recorte revela que uma parcela significativa das mulheres que vivenciam o ciclo gestacional e do cuidado com o bebê encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, dependendo diretamente da transferência de renda para garantir alimentação, transporte e itens básicos para si e para seus filhos.

Essa realidade coloca as condicionalidades de saúde como linha de frente da proteção. Em territórios urbanos periféricos e, sobretudo, nas áreas rurais e indígenas, a distância das unidades de saúde, as dificuldades de transporte e a instabilidade do trabalho agrícola dificultam a adesão espontânea aos serviços. Quando o Bolsa Família vincula a continuidade do benefício à realização do pré-natal, à vacinação e ao acompanhamento de crescimento e desenvolvimento, ele cria uma “ponte obrigatória” entre famílias vulneráveis e o sistema de saúde. O papel do

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



SUAS, nesse processo, é decisivo: cabe ao CRAS e à equipe volante não apenas informar prazos e exigir comprovações, mas apoiar concretamente as famílias – orientando, organizando agendas, mediando o diálogo com as equipes de saúde e, quando necessário, fazendo busca ativa de gestantes e crianças que perderam o vínculo com a unidade de referência.

Nas condicionalidades educacionais, a centralidade recai sobre a frequência escolar mínima de crianças e adolescentes. Em Manguueirinha, o Bolsa Família alcança um número elevado de crianças em idade escolar e cento e setenta e cinco adolescentes, revelando um cenário em que a garantia do direito à educação é fundamental para romper o ciclo intergeracional de pobreza. A exigência de frequência mínima não deve ser lida como ameaça de corte do benefício, mas como dispositivo que obriga a rede pública a enxergar a evasão, o absenteísmo e a repetência não como problemas individuais, e sim como sinais de vulnerabilidade social. Crianças que faltam muito à escola podem estar sofrendo negligência, trabalhando precocemente, enfrentando dificuldades de transporte, de alimentação ou de violência doméstica; adolescentes que se afastam do ambiente escolar, em geral, convivem com frustrações acumuladas, baixa autoestima, ausência de projeto de vida e, muitas vezes, situações de uso de álcool e outras drogas.

Nesse contexto, o acompanhamento das condicionalidades educacionais exige que o SUAS esteja em diálogo permanente com as escolas, com o transporte escolar, com o Conselho Tutelar e com as famílias. A cada registro de criança ou adolescente com frequência irregular, abre-se uma oportunidade de intervenção socioassistencial: visita domiciliar, escuta qualificada, investigação de possíveis violações, inclusão em grupos do SCFV, encaminhamentos a serviços de saúde mental, pactuação de responsabilidades com os responsáveis. Ou seja, a condicionalidade não é um fim em si mesma, mas um gatilho para que o SUAS cumpra seu papel de proteção e prevenção.

Quando se observa o conjunto das condicionalidades – saúde e educação – em Manguueirinha, torna-se evidente que elas se apoiam em um mesmo tripé: famílias jovens, renda frágil e forte presença de crianças e adolescentes. O território rural e indígena amplia as barreiras objetivas de acesso, enquanto a baixa escolaridade dos adultos e a informalidade do



trabalho dificultam a organização cotidiana necessária para cumprimento regular de consultas, vacinas e matrícula/frequência escolar. Por isso, é insuficiente apenas registrar se a condicionalidade foi ou não cumprida; é preciso ler o motivo do descumprimento como indicador de risco social e de necessidade de acompanhamento.

Em uma análise integrada, as condicionalidades do Bolsa Família aparecem, para o município de Manguueirinha, como um eixo estratégico de articulação intersetorial. Na saúde, ajudam a garantir que as gestantes beneficiárias tenham pré-natal, que as crianças sejam vacinadas e que situações de desnutrição ou atraso no desenvolvimento sejam detectadas precocemente. Na educação, mantêm crianças e adolescentes dentro da escola pelo maior tempo possível, permitindo que a política educacional cumpra seu papel formador e que o SUAS atue sobre fatores extraescolares que afetam o aprendizado e a permanência. Ao articular esses dois campos, o SUAS assume o papel de mediador entre direitos e condições concretas de vida: identifica famílias que não conseguem cumprir as condicionalidades, compreende os motivos, organiza respostas e evita que a vulnerabilidade social se transforme em punição.

Assim, em Manguueirinha, a efetividade das condicionalidades depende menos da lógica de corte de benefícios e mais da capacidade da gestão em operar como rede. Isso significa consolidar fluxos formais entre CRAS, equipes de saúde e escolas; instituir rotinas de troca de informações; planejar ações conjuntas de busca ativa; usar relatórios de descumprimento como ferramenta de vigilância socioassistencial; e garantir que nenhuma família seja penalizada sem antes ter recebido apoio qualificado do SUAS. Quando tratadas dessa forma, as condicionalidades deixam de ser vistas apenas como exigências burocráticas e passam a ser reconhecidas como dispositivos de proteção que aproximam as famílias mais pobres dos serviços essenciais, contribuindo para que o Bolsa Família seja, de fato, um programa de garantia de renda articulado à promoção de direitos e à redução de desigualdades.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA/PR

7.1 REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTO (RMA)



7.1.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA CRAS

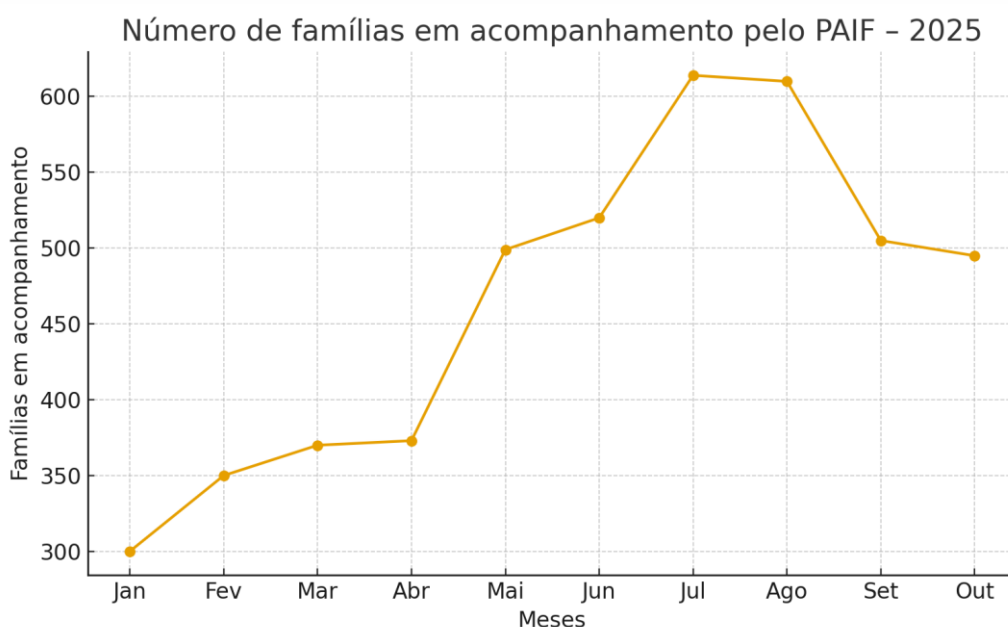


Gráfico 8, elaboração própria, dados RMA e Fly social

O gráfico 8 mostra a trajetória do número de famílias em acompanhamento pelo PAIF em 2025. Observa-se um crescimento contínuo de janeiro (300 famílias) até julho (614 famílias), com leve redução e estabilização entre agosto e outubro (em torno de 500 famílias). Essa curva indica que:

- Houve expansão importante da demanda acompanhada, praticamente dobrando o número de famílias em sete meses;
- O pico em julho coincide com períodos de maior pressão sobre o Cadastro Único e o Bolsa Família, sugerindo que revisões cadastrais e situações de descumprimento de condicionalidades resultam em novos encaminhamentos para o PAIF;
- A redução entre agosto e outubro não significa queda da vulnerabilidade, mas sim um provável reordenamento de casos, com encerramento de acompanhamentos pontuais e priorização de situações mais graves.

Do ponto de vista da gestão, o gráfico evidencia que o CRAS opera com alto volume de famílias em acompanhamento sistemático, o que demanda ampliação e estabilidade da equipe

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



de referência, planejamento da carga de casos por técnico e fortalecimento dos instrumentos de registro (prontuário SUAS, plano de acompanhamento familiar).

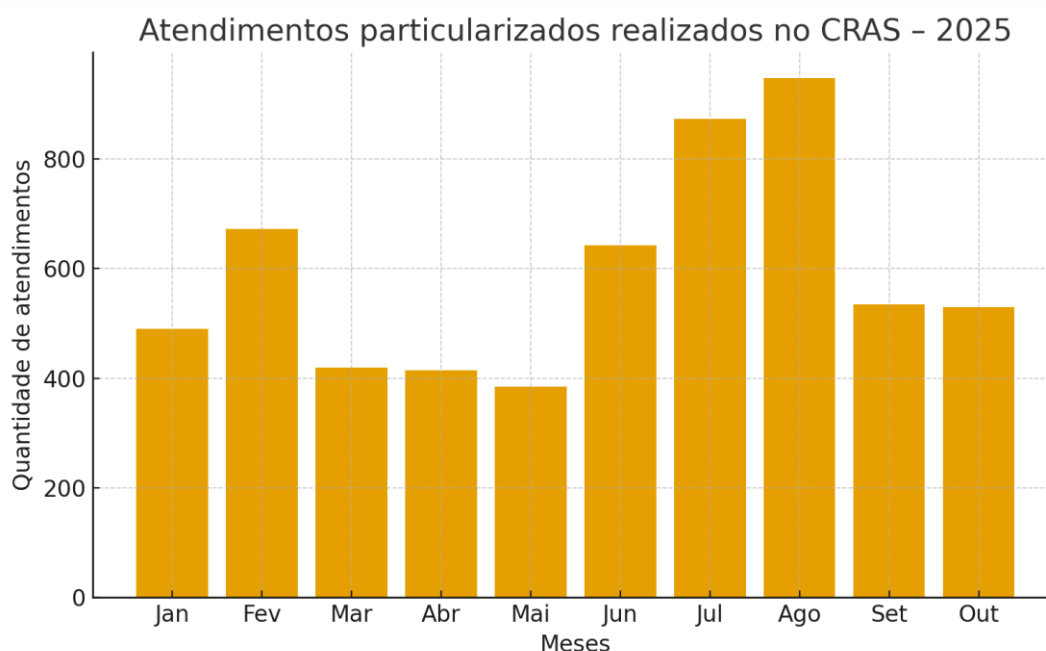


Gráfico 9, elaboração própria, dados RMA e Fly social

Atendimentos particularizados pressão sobre a porta de entrada

O gráfico, de atendimentos particularizados, mostra uma rede em intensa atividade: os atendimentos variam de 385 (maio) a 948 (agosto), com picos expressivos em fevereiro, junho, julho e agosto.

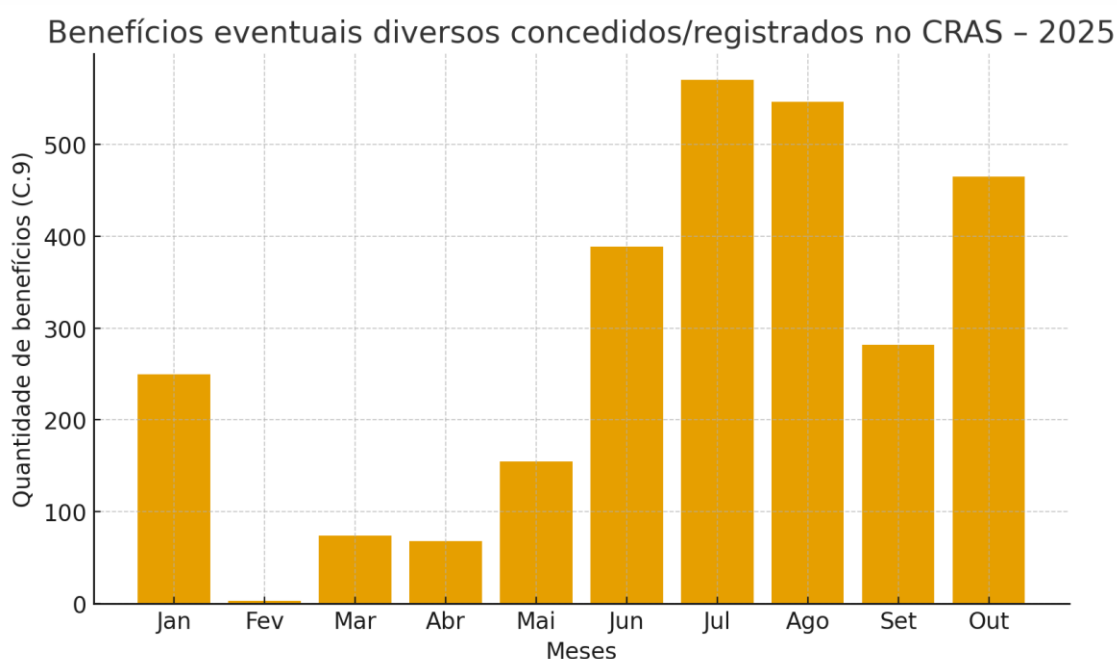
Essa oscilação revela:

- Forte uso do CRAS como porta de entrada para diversas demandas (informações, orientações, atualizações, benefícios, conflitos familiares);
- Sazonalidade da procura, com concentração em meses de maior movimentação no Bolsa Família e no Cadastro Único;
- Volume de atendimento muito alto para uma unidade de pequeno porte, o que indica sobrecarga da equipe técnica e risco de atendimento mais emergencial e menos planejado.



Aqui, a articulação com a equipe volante torna-se estratégica: parte dessa demanda poderia ser absorvida ou qualificada a partir de um planejamento territorial, com agendamento de ações por microterritório, reduzindo o “efeito balcão” na unidade física.

Gráfico 10, elaboração própria, dados RMA e Fly social



Benefícios eventuais no CRAS – insegurança de renda e emergência social

O gráfico apresenta a evolução dos benefícios eventuais diversos registrados no CRAS (C.9). Destacam-se:

- Janeiro já com 250 registros, sinalizando situação importante de emergência logo no início do ano;
- Valores modestos em fevereiro e março, seguidos de crescimento a partir de maio;
- Picos em junho (389), julho (570) e agosto (546), com novo aumento em outubro (465), mesmo após pequena redução em setembro.

Essa curva indica que o município convive com insegurança recorrente de renda e alimentação, especialmente entre junho e agosto, período em que se intensificam atendimentos e revisões cadastrais. Os benefícios eventuais aparecem como recurso central para garantir



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

sobrevivência mínima de famílias que, mesmo incluídas no Bolsa Família ou BPC, não conseguem assegurar suas necessidades básicas.

O volume elevado evidencia:

- Necessidade de normatização clara da política municipal de benefícios eventuais (critérios, limites, prioridades);
- Importância de articular o uso de benefícios com o PAIF, evitando que a resposta se reduza à entrega pontual, sem acompanhamento;
- Urgência de fortalecer ações de segurança alimentar e inclusão produtiva, para diminuir a dependência de benefícios emergenciais.

Comparativo de benefícios eventuais – CRAS x Equipe Volante (2025)

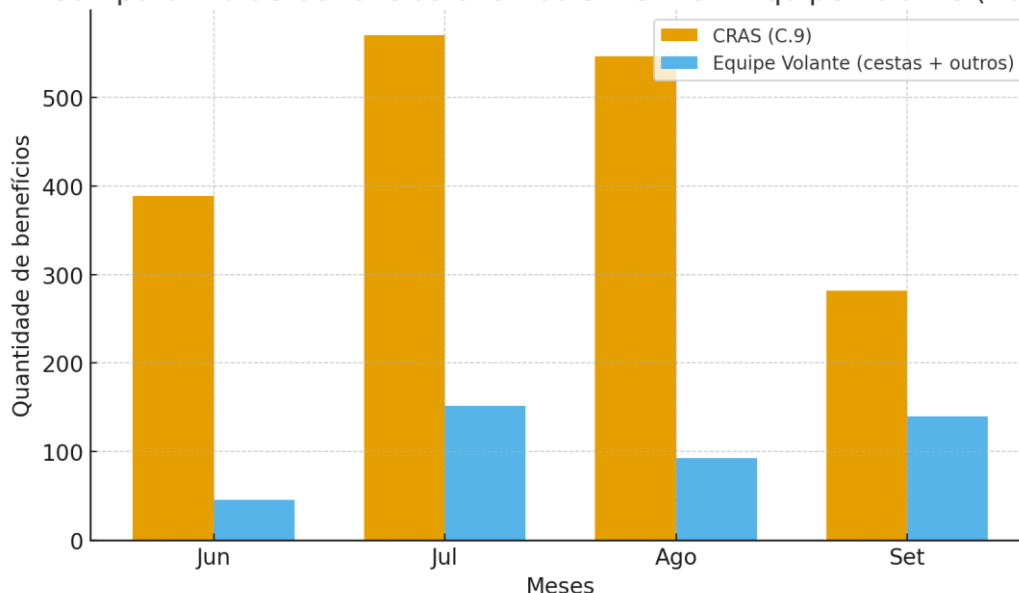


Gráfico 11, elaboração própria, dados RMA e Fly social

O quarto gráfico aproxima os dados do CRAS e da Equipe Volante, comparando, entre junho e setembro, os benefícios eventuais diversos do CRAS (C.9) e a soma de cestas básicas + cesta de frutas + outros benefícios registrados no Fly pela volante.

Entre junho e setembro, a volante registra:

- Junho: 46 cestas básicas, visitas intensas e 0 em “outros benefícios, cerca de 46 benefícios alimentares;
-

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguieirinha/PR



- Julho: 71 cestas básicas + 15 cestas de frutas + 66 outros benefícios, 152 benefícios eventuais;
- Agosto: 60 cestas básicas + 2 cestas de frutas + 31 outros benefícios, 93 benefícios;
- Setembro: 25 cestas básicas + 0 cestas de frutas + 115 outros benefícios, 140 benefícios.

Quando comparados com os números do CRAS no mesmo período (389, 570, 546 e 282 benefícios), percebe-se que:

- CRAS concentra a maior parte dos benefícios eventuais, mas a equipe volante tem papel fundamental na capilaridade territorial, sobretudo em julho e setembro, quando seus números se aproximam de 150 benefícios mensais;
- Em alguns meses, a volante responde por cerca de 25% a 30% do total de benefícios eventuais concedidos no território, o que demonstra sua importância para garantir acesso em áreas rurais e distantes da sede.

Essa leitura reforça que o desenho da proteção social básica em Manguueirinha está apoiado em dois pilares complementares: o CRAS como estrutura administrativa e de referência, e a equipe volante como braço territorial e de aproximação com as famílias rurais e indígenas.

Mês	Famílias PAIF	Atendimentos particularizados	Benefícios eventuais CRAS (C.9)
Jan	300	490	250
Fev	350	673	3
Mar	370	420	74
Abr	373	415	68
Mai	499	385	155
Jun	520	643	389
Jul	614	874	570
Ago	610	948	546
Set	505	535	282
Out	495	530	465

Essa matriz evidencia, de forma condensada, o que os gráficos já apontaram: crescimento do PAIF, alta pressão de atendimentos individualizados e forte utilização dos benefícios eventuais, sobretudo no segundo semestre!

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | 46.3243.8000 | 85540-000 | Manguueirinha/PR



Diagnóstico técnico por eixos

Eixo 1 – PAIF e gestão de casos

Aumento expressivo de famílias acompanhadas, chegando a mais de 600 em alguns meses; indica fragilidade estrutural das famílias e necessidade de ampliação da equipe técnica; exige fortalecimento do planejamento de casos, uso do prontuário SUAS e reuniões sistemáticas de estudo de casos.

Eixo 2 – Atendimento particularizado

Volumes mensais acima de 500 atendimentos, chegando perto de 1.000; demonstra o CRAS como espaço centralizado de resolução de demandas, mas também revela risco de atendimento centrado em demanda imediata, com pouco tempo para trabalho social planejado; sugere implantar acolhida organizada, agendas por turno e triagem qualificada.

Eixo 3 – Benefícios eventuais

Níveis altos de concessão, com picos importantes;
Sinaliza insegurança alimentar, emergências financeiras e precariedade habitacional; exige consolidar Lei Municipal e regulamento de benefícios eventuais, com tipologias, critérios, fluxos e registro obrigatório vinculado ao PAIF.

Eixo 4 – Atendimentos coletivos e SCFV

Bom alcance em idosos, com centenas de participações mensais em alguns períodos; ações com crianças e adolescentes estão presentes, mas precisam ser pensadas também como estratégia de enfrentamento às violências e à evasão escolar; os dados apontam potencial para fortalecer o SCFV como eixo estruturante da proteção à infância e juventude.

Eixo 5 – Equipe Volante

Garante presença em território rural e indígena; realiza grande volume de visitas domiciliares, atendimentos particularizados e distribuição de benefícios; é fundamental para integrar CadÚnico, PAIF, Bolsa Família e benefícios eventuais, mas precisa estar fortemente articulada com o CRAS, com planejamento conjunto e devolutivas permanentes.



Reforçar a equipe de referência do CRAS, adequando número de técnicos ao volume de famílias em acompanhamento e à complexidade dos casos.

- Instituir ou revisar a Lei Municipal de Benefícios Eventuais, definindo: tipos de benefício (alimentação, natalidade, funeral, situações de calamidade, outros); critérios de concessão; valor e periodicidade; prioridade para famílias acompanhadas pelo PAIF.
- Formalizar protocolo de articulação CRAS – Equipe Volante, com: Planejamento mensal por territórios; definição de dias de campo; pactuação de metas de visita domiciliar; fluxos para devolutiva dos casos para o PAIF.
- Qualificar a acolhida e o atendimento particularizado, adotando: Triagem inicial; registro padronizado; encaminhamentos monitorados; oferta de escuta qualificada e não apenas resposta pontual ao benefício.
- Fortalecer o SCFV para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, utilizando os dados do RMA para: Equilibrar ofertas por faixa etária; ampliar ações de prevenção de violências e uso de drogas; alinhar com as condicionalidades de educação do Bolsa Família.
- Usar o RMA como instrumento de vigilância socioassistencial, promovendo: Análise periódica (trimestral) dos dados; reuniões de devolutiva com a equipe; produção de boletins para o CMAS e gestão



7.2.1 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS

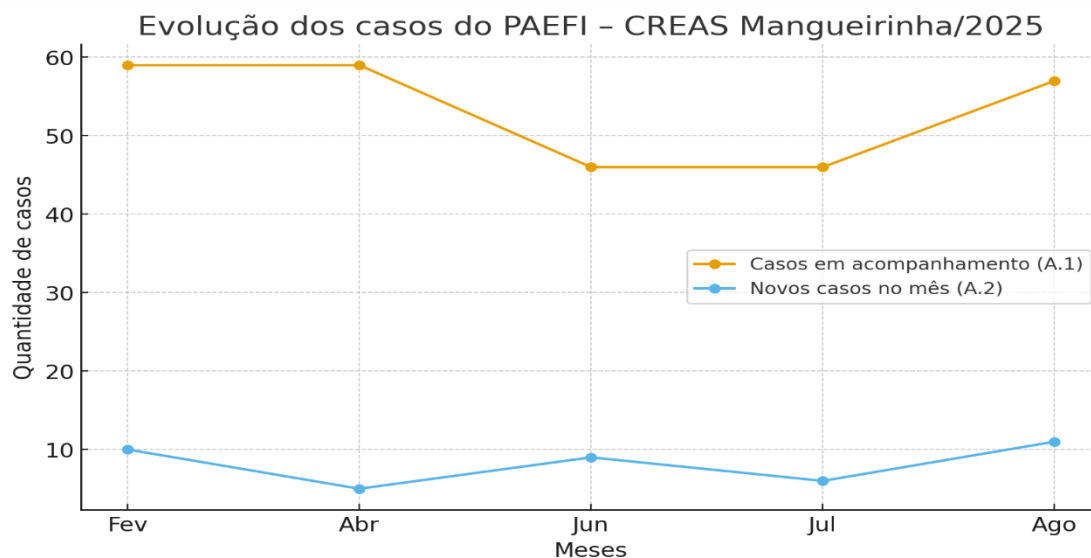


Gráfico 12 Evolução dos Casos do PAEFI (A.1 e A.2), elaborado com dados RMA

O gráfico mostra que o PAEFI mantém um estoque estável de casos graves, variando entre 46 e 59 acompanhamentos, o que indica situações crônicas e contínuas de violação no município. A entrada recorrente de novos casos, todos os meses, revela que a violência não é episódica, mas estrutural no território. A leve redução em junho e julho representa encerramento de casos, mas agosto já apresenta novo crescimento. O CREAS necessita de condições institucionais para manter cerca de 50 a 60 casos permanentes, além das novas demandas mensais.



MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

ESTADO DO PARANÁ

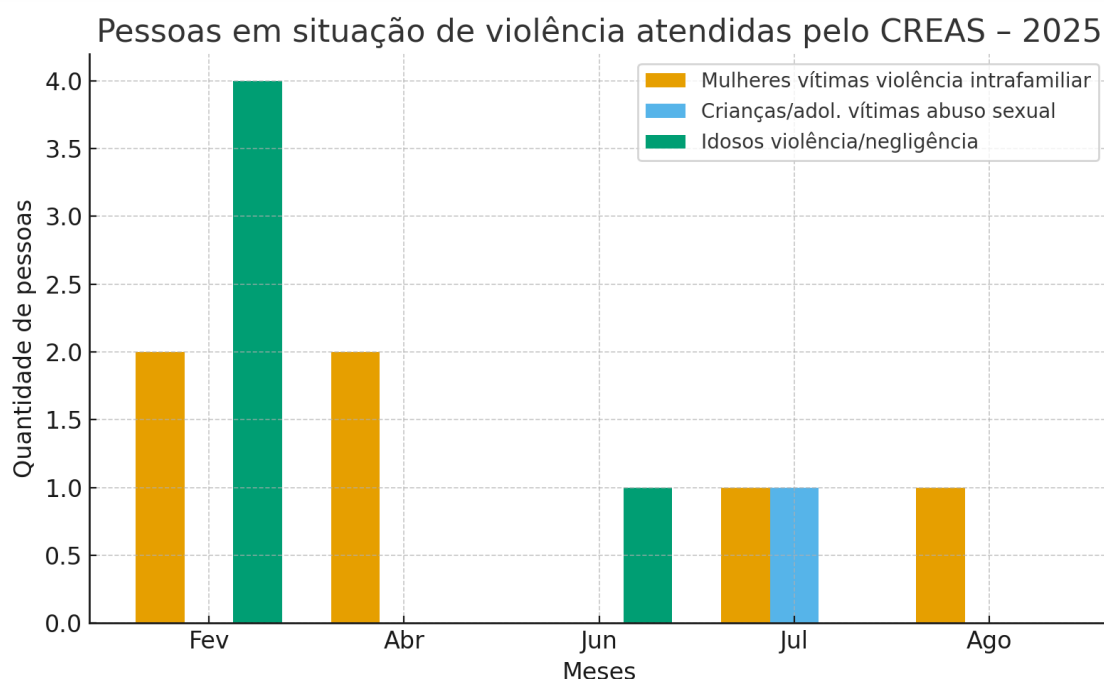


Gráfico 13 Pessoas em Situação de Violência Atendidas (fev–ago/2025), elaborado com dados RMA

O gráfico aponta um padrão intergeracional de violências: mulheres adultas, crianças/adolescentes e idosos aparecem de forma recorrente nos atendimentos. A violência contra mulheres ocorre quase todos os meses; o abuso sexual infantil, ainda que numericamente menor, é altamente grave; e a negligência contra idosos se repete, revelando fragilidade no cuidado familiar. O conjunto dos casos demonstra que a violência intrafamiliar é persistente e distribuída por diferentes fases da vida, exigindo respostas articuladas, fluxos intersetoriais mais sólidos e fortalecimento das ações preventivas na proteção básica.

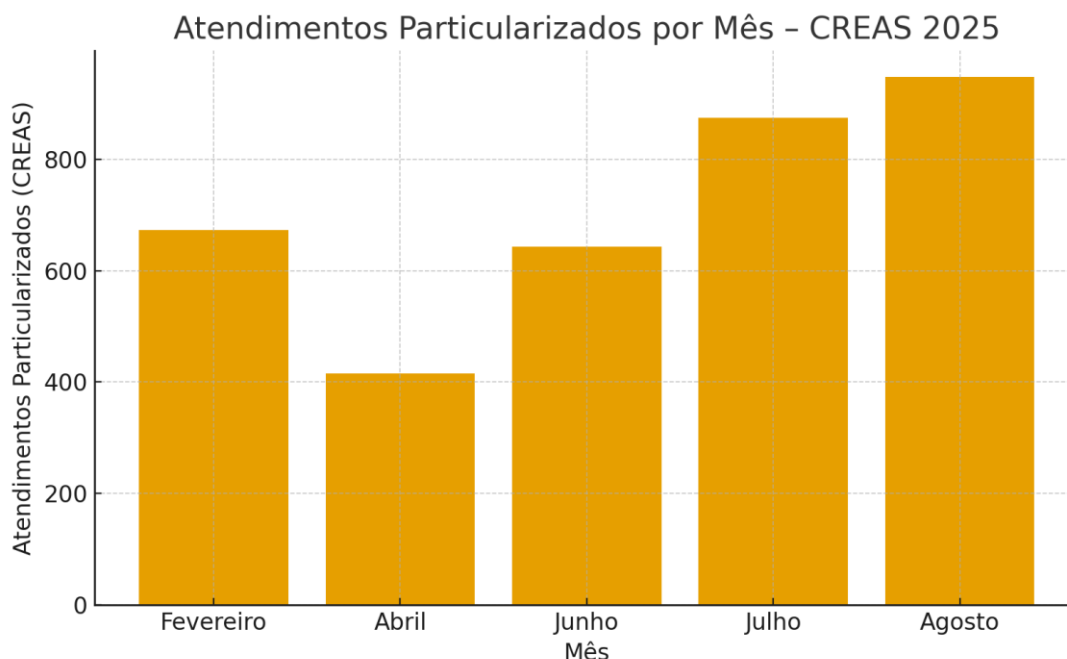


Gráfico 14, Atendimentos Particularizados do CREAS (fev–ago/2025). Elaborado com dados RMA

O gráfico evidencia um padrão de alta demanda no CREAS, com todos os meses acima de 400 atendimentos e crescimento contínuo após abril, alcançando quase 1.000 atendimentos em agosto. A queda em abril sugere ajuste interno ou diminuição temporária do fluxo, mas o aumento posterior revela pressão crescente sobre a equipe e reforça que o CREAS atua como ponto central das respostas a situações de violência e vulnerabilidades complexas. O comportamento ascendente demonstra sobrecarga estrutural, exigindo reorganização, reforço de equipe e supervisão técnica.

A leitura consolidada dos dados do CREAS entre fevereiro e agosto de 2025 revela um serviço operando sob alta pressão e complexidade, marcado pelo crescimento contínuo das demandas, pela recorrência das violações de direitos e pela manutenção de um estoque considerável de acompanhamentos especializados pelo PAEFI. O conjunto dos três gráficos analisados permite compreender não apenas o volume de atendimentos, mas a dinâmica das vulnerabilidades, a intensidade das situações de violência e o grau de responsividade da proteção especial no município.



Os atendimentos particularizados mostram que o CREAS vem assumindo um papel central na proteção especial, com volume mensal sempre acima de 400 atendimentos, chegando a quase mil em agosto. Essa tendência ascendente, depois de uma queda expressiva em abril, indica não apenas uma ampliação das demandas encaminhadas ao serviço, mas também a presença de uma rede territorial que depende fortemente do CREAS para responder às violações e rupturas de direitos. A oscilação observada sugere influência de fatores internos reorganização de equipe, férias, ajustes operacionais, mas o crescimento posterior evidencia que as necessidades permanecem elevadas e constantes no território. Esse cenário posiciona o CREAS como um equipamento altamente requisitado, muitas vezes absorvendo demandas emergenciais que deveriam ser distribuídas em uma rede mais robusta e articulada.

Em paralelo, a evolução dos casos do PAEFI revela uma estabilidade na gravidade das situações atendidas. O número de casos em acompanhamento permanece entre 46 e 59, demonstrando que o município convive com um conjunto permanente de famílias e indivíduos que enfrentam violações crônicas e complexas. A entrada recorrente de novos casos variando de 5 a 11 por mês, confirma que Manguueirinha convive com um ciclo contínuo de violações, o que demanda estratégias de prevenção e proteção mais integradas, especialmente com a rede de saúde, educação e sistema de garantia de direitos. A redução temporária do número de casos acompanhados nos meses de junho e julho indica encerramentos planejados, mas não aponta para diminuição real da violência no território, já que novos casos voltam a entrar imediatamente nos meses seguintes.

A análise das violações específicas atendidas pelo CREAS reforça essa compreensão. A violência doméstica contra mulheres se faz presente em praticamente todos os meses, confirmando que se trata de uma demanda contínua e estrutural, típica de territórios onde vínculos fragilizados, dependência econômica, uso abusivo de álcool e padrões culturais desiguais se combinam. As situações envolvendo crianças e adolescentes, especialmente o abuso sexual registrado, embora numericamente menores, são extremamente graves e quase sempre acompanham outras formas de violência e negligência familiar. Já os registros envolvendo pessoas idosas — tanto violência intrafamiliar quanto negligência evidenciam a



fragilidade das estruturas de cuidado dentro das famílias e a ausência de uma rede complementar capaz de apoiar cuidadores e prevenir o abandono.

Esse conjunto de evidências aponta para um padrão de violência intrafamiliar que atravessa gerações, atingindo mulheres, crianças, adolescentes e idosos. O CREAS atua essencialmente na resposta, mas o volume e a diversidade das situações revelam que o município necessita fortalecer políticas preventivas, ampliar ações de convivência e construir fluxos intersetoriais mais efetivos. A recorrência das violações mostra que muitas famílias chegam ao CREAS quando a situação já se agravou, indicando fragilidade na detecção precoce pela rede básica e pela proteção primária.

De forma integrada, os dados analisados demonstram que o CREAS cumpre seu papel, mas opera no limite da capacidade. A alta demanda, somada à complexidade dos casos, exige reforço de equipe, supervisão técnica constante, institucionalização de protocolos e fortalecimento da articulação com saúde, educação, Conselho Tutelar e sistemas de justiça. Para o PMAS, a leitura é clara: o município precisa reconhecer a proteção especial como eixo estratégico, garantir condições institucionais para o trabalho especializado e avançar na construção de uma rede intersetorial capaz de prevenir violências, reduzir reincidências e ampliar a proteção às famílias e indivíduos em situação de risco.

7.3 ALTA COMPLEXIDADE – CASA LAR

A Casa Lar Maria Merc de Matos Lima constitui a principal unidade de acolhimento institucional do município de Manguinhos, ofertando proteção integral para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados e que, por determinação judicial, necessitaram de afastamento do convívio familiar. Assim como preconiza a Tipificação Nacional (Resolução CNAS nº 109/2009), trata-se de um serviço voltado à convivência protetiva, cuidado individualizado e preservação dos vínculos fraternos e familiares.

Os registros analisados indicam que o município mantém, no período atual, 10 crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento, sendo possível identificar, a partir do documento disponibilizado, seis deles com nome, idade, sexo e vínculos familiares. Apesar de se tratar de uma lista parcial, os dados permitem identificar padrões importantes para a caracterização da demanda e dos desafios da alta complexidade no território.



Do total de nomes listados, observa-se uma distribuição etária concentrada na primeira infância e na infância, abrangendo idades entre 1 e 12 anos, com predominância de crianças pequenas fase do desenvolvimento que requer cuidados intensivos, rotinas estruturadas, estímulo cognitivo e suporte emocional contínuo. Essa configuração etária reforça a necessidade de uma equipe com formação e competências específicas para o atendimento de demandas complexas relacionadas ao desenvolvimento infantil, saúde integral e acompanhamento psicossocial.

Outro aspecto que se destaca é a presença de dois grupos de irmãos, totalizando cinco crianças acolhidas de dois núcleos familiares distintos. A manutenção de grupos fraternos no mesmo ambiente de acolhimento representa uma boa prática alinhada ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às diretrizes da PNAS, uma vez que reduz rupturas afetivas e preserva vínculos fundamentais para a estabilidade emocional. Contudo, acolher grupos de irmãos também implica maior complexidade no processo de reintegração familiar, pois demanda intervenções intersectoriais mais robustas, avaliação social aprofundada e fortalecimento de redes ampliadas de cuidado.

A análise dos vínculos familiares apresentados no documento evidencia situações de vulnerabilidades severas e crônicas, compatíveis com negligência, violência ou ausência total de suporte familiar. A recorrência de irmãos de idades distintas vinculados às mesmas famílias sinaliza que as situações de risco não são pontuais, mas estruturais, refletindo fragilidades socioeconômicas, dinâmicos familiares desorganizados e escassez de redes de apoio, fatores que precisam ser considerados no planejamento das ações de acompanhamento familiar e de tomada de decisão judicial.

Em termos operacionais, a Casa Lar necessita garantir condições permanentes de cuidado, organização cotidiana, acompanhamento escolar, promoção de saúde, monitoramento do estado nutricional, acesso à educação infantil e ensino fundamental, além da articulação sistemática com os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), com o Sistema de Garantia de Direitos e com o Judiciário para revisão e atualização dos Planos Individuais de Atendimento – PIA. A ausência de informações sobre tempo de permanência,



histórico de atendimentos e situação processual nos documentos enviados reforça a urgência de uma gestão técnica integrada e contínua dos PIAs, conforme determina a legislação.

A existência de 10 acolhidos simultaneamente, considerando a capacidade padrão de unidades do tipo Casa Lar (geralmente limitada a 10 vagas), indica ocupação plena, exigindo rigor na busca por alternativas de reintegração familiar segura, medidas de apoio às famílias de origem, avaliação para colocação em família extensa e, quando necessário, encaminhamentos à adoção. Manter crianças por longos períodos no acolhimento configura risco de institucionalização prolongada, que deve ser monitorado com atenção.

Em síntese, o cenário da Casa Lar Maria Mercê de Matos Lima revela:

- Demanda elevada por acolhimento institucional, com ocupação máxima.
- Alta proporção de crianças pequenas, o que intensifica o nível de cuidado necessário.
- Presença de grupos de irmãos, demandando intervenções mais complexas e cuidadosas.
- Indícios de vulnerabilidades severas e persistentes nas famílias de origem, exigindo trabalho articulado e intersetorial
- Necessidade de fortalecimento da gestão de casos, com PIAs atualizados e acompanhamento multiprofissional contínuo.
- Importância de estratégias para redução do tempo de permanência, conforme parâmetros legais.

O acolhimento institucional, embora indispensável em situações de risco grave, deve ser sempre medida excepcional e provisória. Assim, o município de Manguinhos necessita seguir aprimorando estratégias de prevenção, fortalecimento familiar e respostas rápidas da média complexidade, diminuindo o fluxo de ingresso na alta complexidade e garantindo que cada criança e adolescente acolhido tenha um projeto de vida construído com dignidade, cuidado e perspectiva de futuro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise socioterritorial realizada em Manguinhos permite reconhecer uma rede socioassistencial que, embora enfrente limites estruturais importantes, apresenta avanços significativos na organização do SUAS e no cuidado às famílias em situação de vulnerabilidade. O município consolidou nos últimos anos uma atuação consistente no Cadastro Único,

CNPJ: 77.774.867/0001-29

Praça Francisco Assis Reis, 1060 | **46.3243.8000** | 85540-000 | Manguinhos/PR



alcançando cobertura superior à estimativa oficial e garantindo um panorama socioeconômico atualizado das famílias. Esse movimento foi fortalecido pela equipe volante, que auxiliou na presença territorial do CRAS, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso.

O PAIF também demonstra expansão e estabilidade, ainda que com oscilações mensais que sugerem a necessidade de reorganização da demanda e maior capacidade de planejamento. Os atendimentos particularizados ultrapassam, em alguns meses, 900 registros, revelando tanto o comprometimento das equipes quanto a sobrecarga do único CRAS existente, que atende um território extenso e marcado por grande dispersão populacional. As condicionalidades, tanto de educação quanto de saúde, apresentam índices elevados de acompanhamento e cumprimento, reforçando a articulação entre assistência social e outras políticas públicas.

Os serviços de convivência se consolidam como um espaço de referência sobretudo para idosos e crianças de 7 a 14 anos, embora mantenham lacunas relevantes em outros grupos etários como crianças pequenas, adolescentes mais velhos e pessoas adultas. A atuação da equipe volante cresce mês a mês, evidenciando a presença do SUAS em territórios mais afastados, mas também indicando que a distância entre serviços e população dificulta a formação de vínculos e a continuidade das ações coletivas no SCFV.

O CREAS apresenta atuação importante na Proteção Social Especial, com registros organizados e fluxo constante de casos. Entretanto, os dados consolidados revelam que as violações de direitos permanecem intensas e recorrentes, especialmente a violência contra crianças, adolescentes e mulheres, além de negligência contra idosos e casos ligados à saúde mental. Esse padrão reforça a necessidade de fortalecer a rede intersetorial, qualificar protocolos e ampliar a capacidade de resposta do município frente às situações de violência. No serviço de acolhimento institucional, observa-se organização interna e fluxo contínuo de acompanhamento, embora a crescente demanda por acolhimentos indique fragilidades na rede preventiva e na articulação com famílias de origem.



Apesar dos avanços, o diagnóstico evidencia desproteções expressivas. A cobertura da Proteção Social Básica ainda é limitada para a realidade territorial de Manguinhos, que conta com apenas um CRAS e depende intensamente da equipe volante para alcançar populações rurais. Os benefícios eventuais apresentam grandes oscilações, ausência de critérios claros e registros concentrados em categorias amplas, dificultando controle social e análise territorial. Além disso, a inexistência de um plano de ação efetivamente implantado compromete a capacidade de gestão, monitoramento e desenvolvimento das ações.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reorganizar o território de atuação do CRAS, fortalecendo presença e vínculos; revisar integralmente a regulamentação dos benefícios eventuais; ampliar e descentralizar o SCFV; e qualificar, com urgência, a articulação intersetorial especialmente entre CREAS, Conselho Tutelar, Saúde, Educação e Ministério Público para o enfrentamento das violências que incidem sobre o território. A criação de um núcleo municipal de vigilância socioassistencial, aliada à adoção de supervisão técnica continuada, é medida indispensável para sustentar análises consistentes, subsidiar decisões e garantir a coerência entre diagnóstico, planejamento e execução.

De forma integrada, o cenário de Manguinhos revela uma rede que protege, mas que ainda não alcança a todos; que atua, mas com limitações operacionais; que avança, mas com fragilidades estruturais que precisam ser enfrentadas com planejamento, investimento e qualificação permanente. As potencialidades identificadas, somadas à clareza das lacunas mapeadas, oferecem base sólida para que o município avance para um novo patamar de organização do SUAS, com maior capilaridade territorial, melhor coordenação intersetorial, melhoria da qualidade da resposta às violações de direitos e ampliação das possibilidades de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.